

JESUS CRISTO, O RECONCILIADOR

OU

CRISTO, O *ATONEMENT*

Dr. Reynaldo Purim, Ph. D.

232.3	Purim, Reynaldo Jesus Cristo, o Reconciliador. Cristologia Doutrina da Expição
-------	---

CCD – 232.3

Apresentação

É com alegria que apresentamos ao leitor mais um valioso livro da lavra do catedrático Dr. Reynaldo Purim.

Neste livro o reconhecido mestre discute as principais questões relacionadas à pessoa de Jesus Cristo, a respeito do ministério de sua encarnação e da obra da reconciliação que ele veio efetuar.

Usando as Escrituras e utilizando uma argumentação segura e racional, revela-nos aspectos interessantes da personalidade de Jesus Cristo e a natureza e implicações do *atonement*. É o termo usado ao longo de sua obra para apresentar a função singular da pessoa de Jesus Cristo na tarefa de reconciliar o homem com o Criador e vice-versa.

Dr. Reynaldo Purim alcançou o mais alto grau em sua formação teológica com o Ph. D. pelo Seminário Teológico Batista de Louisville, Ky., EUA. Empregou o melhor de seus anos de vida no magistério teológico no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, ministrando as matérias de maior peso, tais como Teologia Sistemática, Teologia do Novo Testamento, Teologia do Antigo Testamento, Apologética Cristã, Metodologia Teológica, Religiões Comparadas, História da Filosofia, Introdução à Filosofia, Lógica e outras. No ministério da Palavra foi pastor da Igreja Batista em Bangu por 43 anos, onde deixou uma forte igreja com majestoso templo e várias igrejas-filhas.

Deixou várias obras escritas, das quais, destacam-se: *A Igreja de Jesus Cristo*, *Jesus Cristo no Panorama da História*, *O Espírito Santo* e várias apostilas das matérias que ministrava aos seus inúmeros alunos.

João Reinaldo Purin

Sumário

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

I – O QUE JESUS CRISTO ERA

O Que Jesus Cristo Era em si

O que Jesus Cristo Era em Relação com o Pai

A Relação de Jesus Cristo com a Lei Moral

A Relação de Jesus Cristo com a Raça Humana

II – O QUE JESUS CRISTO FEZ

Jesus Cristo Revelou o Pai ao Homem

Jesus Cristo Cumpriu a Lei

Jesus Cristo Morreu pelos Pecadores

Jesus Cristo Aniquilou o Princípio Pecado-Morte

III – O QUE CRISTO CONTINUA SENDO

Base de uma Salvação Universal

Aproximação Entre Deus e o Homem

Justificação Pela Fé

Expressão de Amor

CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

1. *A Significação do Termo - Atonement*

Atonement é uma palavra inglesa composta que não se pode traduzir para o português por falta do seu equivalente. Os elementos que a constituem são três: *At*+*one*+*ment*. *At* preposição para; *one* pronome indefinido um, e *ment* é o elemento usado na formação de substantivos verbais que não se traduzem. O termo *atonement* significa unir dois em um; é o ato de fazer de dois um.

Em teologia, *atonement* quer dizer a obra de Jesus Cristo de reconciliar pelo seu próprio sacrifício o homem com Deus; é a obra de satisfazer a justiça divina e de salvar o homem culpado do castigo eterno e de restabelecer a comunhão entre os dois. *Atonement* é o termo que contém exatamente a significação da obra de Jesus Cristo e, não podendo ser traduzido por falta de uma palavra equivalente em português, será usado neste estudo tal qual é em inglês, sendo já compreendida a sua significação.

2. *As Formas da Sua Representação*

Nas Escrituras Sagradas, quando se trata da obra de Jesus Cristo, a ideia do *atonement* é expressa por diversas formas, conforme o ponto de vista de que é contemplado o assunto. O *atonement* é um assunto muito vasto e de muitas fases; portanto, é representado por diversos modos como também os seus resultados. O termo mais usado, tanto no Antigo como no Novo Testamento, é *reconciliação*. Reconciliar quer dizer restabelecer acordo e harmonia entre dois inimigos e restaurar entre eles as

relações de amizade. *Reconciliação* é a palavra que exprime mais de perto a ideia do *atonement*. O Apóstolo Paulo diz numa de suas cartas: "... *nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo*" (2Co 5.18). O *atonement* é representado também como "resgate" quando a obra de Jesus Cristo é considerada como libertação do homem do jugo da escravidão do pecado. No mesmo sentido é usado o termo *remissão*. Quando a obra de Jesus Cristo é tida como substituição pelos pecadores diz-se que ele *se tornou maldição*; isto quer dizer que ele tomou sobre si o castigo do pecado que pesava sobre o homem. A *propiciação* na obra de Jesus Cristo significa tornar aceitável o homem a Deus. *Redenção* é muitas vezes o termo empregado para indicar os resultados do *atonement*. Estas são as formas mais usadas na representação da obra de Jesus Cristo. Cada uma exprime apenas uma parte da verdade ou uma fase do assunto e nenhuma representa a ideia completa. Para compreendermos o *atonement*, não podemos depender das formas por que é representado, mas devemos estudar o próprio fato do *atonement*, cujas fases são representadas nas formas mencionadas.

3. O Lugar do Atonement nas Escrituras Sagradas

O lugar do *atonement* nas Escrituras Sagradas é mais saliente do que geralmente se pensa. A reconciliação do homem com Deus, efetuada por Jesus Cristo, é o assunto central das Escrituras Sagradas. A Bíblia é a história do *atonement*. Ela nos mostra como Deus agiu, durante séculos, a fim de realizar por meio de Jesus Cristo a reconciliação do homem com ele. Os primeiros capítulos de Gênesis, falando da queda do homem, mostram os primeiros passos de Deus em preparar terreno para a salvação do pecador. O plano do *atonement* é eterno, mas a execução desta obra começou a ser efetuada quando o homem caiu no pecado. Tudo o que fala o Antigo Testamento tem como objetivo o *atonement*. A escolha, o desenvolvimento e todos os fatos na história do povo de Israel visaram ao *atonement*. As promessas que Deus fez a este povo, a

lei, as instituições, as mensagens dos profetas e tudo o mais que se pode mencionar na vida do povo de Israel apontavam para Jesus Cristo - o *atonement*. O Antigo Testamento é a história da preparação do *atonement* para todas as nações e para todos os tempos. No Novo Testamento temos a narrativa da realização do *atonement* por Jesus Cristo, descrita por quatro evangelistas. Aí temos a biografia daquele a quem cabia este trabalho, a sua preparação para esta obra e a sua execução no Calvário. Passando para o livro dos Atos dos Apóstolos e as Epístolas, encontramos como os resultados do *atonement* se propagaram entre os judeus e gentios. "*Jesus Cristo crucificado*", ou seja, o fato de que "*ele morreu pelos nossos pecados*" estava sendo anunciado por toda parte. Vemos, também aí, o poder e os efeitos deste fato na vida dos homens. Além disso, o Novo Testamento apresenta o resultado final e eterno do *atonement* para o mundo atualmente amaldiçoado e sofrido, sob o jugo do pecado. De tudo quanto as Escrituras falam, o centro é Jesus Cristo - a sua obra de reconciliação e restauração - o *atonement*. A Bíblia é a história do *atonement*, do preparo para a sua realização, da sua consumação e das experiências operadas na vida dos homens, como também é a profecia do seu resultado final e eterno.

Capítulo 1

O QUE JESUS CRISTO ERA

A realização do *atonement* foi a obra de Jesus Cristo, e, para compreendê-la devemos conhecer o seu Autor. Devemos saber quem ele era e quais as suas relações com Deus, o Pai, com a Lei Moral e com a raça humana decaída. Portanto, vamos estudar primeiramente a personalidade de Jesus Cristo e, depois, a obra que efetuou.

1. *O Que Jesus Cristo Era em Si*

Notemos alguma coisa sobre a personalidade do autor do *atonement* e vejamos o que ele era em si, para podermos melhor compreender a sua idoneidade em resolver o problema infinito de satisfazer a justiça divina e ao mesmo tempo salvar o homem pecador e condenado pela justiça.

A personalidade de Jesus Cristo é um mistério. As Escrituras falam mais de Jesus Cristo como mistério do que do Pai e do Espírito Santo como tal, ainda que o sejam. Elas mencionam o fato, mas não o explicam. A razão disso é que precisamos conhecer o fato como tal e aceitá-lo, para aproveitar a sua significação para nós. O valor de Jesus Cristo não depende da explicação da sua personalidade, mas da aceitação da sua obra. O homem não pode compreender aquilo que vai além do seu alcance. O infinito não cabe dentro do finito. Aquilo que é

necessário o homem conhecer para poder se salvar está claro nas Escrituras e Deus não sobrecarrega o homem com as coisas que ele não pode abranger. O doente precisa do remédio, porém, a cura não depende da compreensão de como este foi preparado, mas do seu uso. O pecador necessita da salvação que Jesus Cristo efetuou para ele, mas esta não depende da compreensão de quem Jesus Cristo era em si. Não queremos dizer que não podemos saber alguma coisa a respeito da personalidade de Jesus Cristo. Nas Escrituras temos bastante luz sobre o que ele era e muita coisa ainda é desconhecida na revelação da Palavra de Deus sobre este assunto. Não podemos nem queremos penetrar no mistério da personalidade de Jesus Cristo, mas vamos apresentar algumas verdades bem patentes nas Escrituras sobre o que o Autor do *atonement* era em relação a si mesmo.

O conhecimento da personalidade de Jesus Cristo tem-se a partir das narrativas sobre a sua vida no mundo (os quatro Evangelhos) e das epístolas do Novo Testamento. Aquilo que consta nas profecias messiânicas do Antigo Testamento sobre Jesus Cristo acha-se incluído no Novo Testamento e não traz mais revelação sobre a personalidade dele do que o Novo Testamento. As profecias tem grande valor para mostrar a preparação para a vinda de Jesus Cristo, mas o conhecimento daquilo que ele era encontramos revelado na sua vida. Notemos dois ou três fatos na vida de Jesus Cristo neste mundo que nos revelam o que ele era em si.

A primeira coisa que temos a considerar é a sua divindade. Jesus Cristo era Deus, e não um mero homem como alguns querem afirmar. Não era fundador de uma religião ou sistema filosófico como os que fundaram religiões nos séculos passados e atraíram, com suas doutrinas, milhares de pessoas. Jesus Cristo não pode ser comparado a estes. Ele não era homem do seu tempo nem o podia ser de qualquer tempo. Ele era “*como raiz de uma terra seca*”. Era mais do que homem. O cristianismo não é uma religião comparável com as outras. Jesus Cristo era Deus, e o

cristianismo tem a sua origem e base nele. As provas da divindade de Jesus Cristo são muitas. Não podendo discuti-las em toda a sua extensão, vamos mencionar algumas.

A preexistência de Jesus Cristo é uma prova da sua divindade. Ele não começou a existência com a sua vinda a este mundo, mas existiu desde a eternidade. João disse que "*no princípio era o Verbo ... e o Verbo era Deus*". Jesus Cristo existia antes da criação do mundo. A sua vinda para o meio dos homens foi predita séculos antes do seu aparecimento. Os anúncios e esperanças de um Messias cresceram no decorrer dos tempos, e o caráter e resultados da sua missão foram prescritos pelos profetas. Em Jesus Cristo vemos o cumprimento das profecias. Com a vinda de um homem ao mundo nunca acontece assim. Como tal, Jesus Cristo é Único. O seu nascimento foi sobrenatural. Nasceu de uma virgem, como anunciou o profeta Isaías séculos antes, e também no lugar predito, e os acontecimentos em conexão, como o anúncio aos pastores feito pelos anjos e outros, não são comuns ao nascimento de um homem. Na vida de Jesus Cristo também há muitos fatos que declaram a sua divindade. No seu batismo ouviu-se uma voz do céu que disse: "*Este é o meu Filho amado*", o que foi repetido no monte da transfiguração. Jesus Cristo era Filho de Deus e como tal foi recomendado pelo Pai. As obras e ensinamentos de Jesus Cristo são provas de que ele era divino. Fez o que os homens nunca poderiam fazer. Ele tinha poder sobre a natureza; o vento e o mar lhe obedeciam. Não havia enfermidade que ele não pudesse curar. Ele tinha poder sobre a morte; ressuscitou mortos e ele mesmo foi ressuscitado dos mortos. Jesus Cristo perdoou pecados, o que só Deus pode fazer, e nele não se achou pecado. Nos seus ensinamentos, Jesus Cristo foi reconhecido mais do que um mero homem. Nenhum homem "falou como ele". Ainda que os inimigos procurassem achar nos seus ensinamentos motivos para o acusarem, não encontraram. Os homens de todos os tempos, por melhores que fossem, sempre tiveram faltas e defeitos, mas Jesus Cristo nunca os teve. Além disso, temos o fato de que ele mesmo era cômico da sua divindade. Ele declarava ter existido antes de Abraão e ter

vindo do Pai. Por toda sua vida sustentou uma relação particular com o Pai. Ele chamava a Deus de “meu Pai” e nunca igualou a sua relação com Deus com aquela que os discípulos tinham e que podiam ter. Jesus Cristo declarou ser um com o Pai. Mais uma prova da divindade de Jesus Cristo é o testemunho dos seus próprios discípulos, que andavam com ele e o conheciam pela experiência. A vida de Jesus Cristo deixou neles resultados divinos que homem algum poderia deixar. Logo no começo do ministério de Jesus Cristo os discípulos declararam terem achado o Messias, o cumprimento da Lei e das profecias. Para os discípulos, Jesus Cristo era o Filho do Deus vivo que tinha palavras de vida eterna. Ainda que eles não compreendessem bem o caráter de sua missão, enquanto ele andava neste mundo Jesus Cristo foi reconhecido como Filho de Deus. Mais tarde, quando as experiências dos discípulos com Jesus Cristo tornaram-se compreensíveis a eles por obra do Espírito Santo, reconheceram que ele era o Senhor, constituído como tal por Deus, o Pai. Todos estavam cheios dessa convicção: de que Jesus Cristo era o Filho de Deus, seu Senhor, de quem eram servos e a cujo serviço entregavam a sua vida. O efeito da vida de Jesus Cristo foi maravilhoso sobre aqueles que com ele andavam. Os discípulos não só testificavam verbalmente de que o seu Mestre era divino, mas muito mais alto falava a vida e o trabalho deles até o fim. Os sacrifícios que fizeram em cumprir a ordem de Jesus Cristo para levar a sua mensagem até os confins do mundo só podem ser explicados como resultado da influência da personalidade divina de Jesus Cristo. Não só as vidas dos doze apóstolos é uma prova disso, mas a influência de Jesus Cristo, mais tarde e até o dia de hoje, na vida dos homens que o conhecem, é uma prova de que ele é divino e de que o cristianismo tem a sua base nele. Estas são algumas provas da divindade de Jesus Cristo, suficientes para estarmos certos do fato.

A outra verdade a notarmos sobre a personalidade de Jesus Cristo é que ele não era somente divino, mas também humano. Ele era Deus e homem. Muitas são as passagens nas Escrituras que

mencionam esse fato. Jesus Cristo veio ao mundo como homem e habitou entre nós como homem, tendo, pois, a natureza humana. *"O Verbo se fez carne e habitou entre nós"*.

As provas da humanidade de Jesus Cristo são diversas e podem ser notadas na sua vida entre os homens. Ele nasceu como qualquer ser humano, ainda que haja no seu nascimento o elemento sobrenatural. O fato é que ele começou a sua vida aqui no mundo como homem. Pouco conhecemos da sua infância e mocidade, mas sabemos que o seu desenvolvimento foi tal qual o dos homens em geral. Cresceu em todas as fases da vida humana, levando o tempo normal até tornar-se adulto. Durante o seu ministério, Jesus Cristo denominava-se sempre de Filho do homem. Ele tinha as necessidades que todos os homens têm. Precisava alimentar-se, e quando faltava com que satisfazer essa necessidade tinha fome e sede como qualquer outra pessoa. Ele estava sujeito a todas as limitações humanas. Jesus Cristo teve sentimentos humanos. Perante abusos e injustiças, ele foi possuído pela ira. Alegrava-se com os que se alegravam. Ele experimentou tristeza e compaixão. Chorou perante a sepultura do seu amigo Lázaro, e também sobre Jerusalém, quando previu a sua futura destruição. Jesus Cristo possuía todos os sentimentos humanos no seu grau normal e perfeito. Ele era da descendência de Abraão, da linhagem de Davi, "renovo do tronco de Jesse", como foi predito a respeito dele. A vida de Jesus Cristo mostra que ele era homem, ainda que fosse também Filho de Deus.

A natureza de Jesus Cristo tem sido objeto de muitas discussões. O problema máximo é como Jesus Cristo podia ser ao mesmo tempo Deus e homem e, em torno deste, surgem muitos outros. A Bíblia apenas menciona o fato da encarnação de Jesus Cristo, mas não o explica. Jesus Cristo é o único caso desta natureza e não se pode explicar nem compreender o que não tem um termo de comparação na experiência dos homens. Sabemos que Jesus Cristo era Deus e homem. Não era apenas homem; era também Deus. Ele não tinha duas naturezas, mas uma só, pois a

natureza divina e a natureza humana estavam unidas. A psicologia da personalidade de Jesus Cristo vai além da compreensão dos homens. A personalidade de Jesus Cristo é um mistério. As Escrituras a reconhecem como tal. "o mistério que esteve oculto dos séculos, e das gerações; mas agora foi manifesto aos seus santos ... " (Cl 1.26). Ainda em outras passagens fala-se de Jesus Cristo como mistério, sem revelar o que é. Em torno deste assunto têm surgido opiniões e teorias, mas, apesar de todos os esforços dos homens, este mistério continua a ser um mistério. Ninguém pode explicar o que é em si a encarnação de Jesus Cristo. É uma obra divina, necessária para a salvação dos pecadores, e podemos compreender o seu valor e a sua significação para o *atonement*, ainda que não possamos explicá-la.

A encarnação foi uma obra divina de Jesus Cristo e uma parte da sua obra geral, que é uma unidade, sem o que não podia efetuar o seu plano eterno. A encarnação foi possível pelo fato de ser o homem criado à semelhança de Deus. Jesus Cristo não podia tomar a forma e identificar-se com qualquer outra criatura. A natureza do homem permitiu a encarnação, isto é, que Jesus Cristo tomasse a forma de homem. A criação, encarnação e redenção são partes da obra geral de Jesus Cristo, que é uma unidade. A criação de Adão incluiu a possibilidade do "segundo Adão". A encarnação não foi um ato fora do plano divino. Ainda mais, a encarnação de Jesus Cristo foi possível porque a relação da divindade e humanidade é eterna em Jesus Cristo. Na encarnação de Jesus Cristo tornou-se real e patente perante os homens o que ele era desde a eternidade. A encarnação de Jesus Cristo é a aproximação de Deus ao homem, na possibilidade da união da divindade com a humanidade e na possibilidade de esta progredir. A vinda de Jesus Cristo a este mundo na forma de homem tinha a sua base na possibilidade da união da divindade e humanidade que ele sustentava em si desde a eternidade.

A união das duas naturezas em Jesus Cristo era necessária para ele ser o Mediador entre Deus e o homem. A sua obra era

reconciliar os dois, e, para agir pelos dois, era necessário satisfazer as duas partes. Para efetuar a sua obra, Jesus Cristo devia unir a si as duas naturezas. Para ser digno do *atonement* por parte de Deus, era preciso que Jesus Cristo fosse divino. Para simpatizar com os homens e realizar uma obra aceitável por eles, Jesus Cristo devia ter a natureza divina e também a humana. A encarnação, a identificação, era uma necessidade na redenção por parte do homem, de Jesus Cristo e do Pai. Jesus Cristo podia ser o Filho do homem pelo fato de ser o Filho de Deus. Pela encarnação, a divindade se comunicou com a humanidade. O homem é capaz de receber tal comunicação e a necessita para o seu progresso. Ele tem a possibilidade de progresso. Esta necessidade humana só podia ser satisfeita por uma personalidade divina. Jesus Cristo podia preencher esta necessidade. A necessidade da encarnação achava-se no fato de ser a humanidade capaz de progredir, mas também pela sua necessidade de salvação por estar condenada pelos seus pecados. Jesus Cristo não podia ser o Salvador do homem sem identificar-se com ele. A encarnação era necessária para o *atonement*, e Jesus Cristo podia realizá-la por ser Deus e homem.

Jesus Cristo, sendo Deus e homem, era o Mediador entre os dois. Ele não só efetuou a mediação. Ele era em si a reconciliação encarnada da divindade e da humanidade. Era o próprio *atonement*. Nele estavam unidas as duas naturezas e, portanto, podia reconciliar o homem com Deus. Esta relação não se pode explicar; é um mistério. Mas é um fato, e constitui a base da idoneidade de Jesus Cristo em reconciliar o homem com Deus. Cristianismo é o resultado desta união da divindade e da humanidade de Jesus Cristo. A sua base acha-se na personalidade de Jesus Cristo, em que as duas naturezas estavam unidas misteriosamente. Em Jesus Cristo esta relação misteriosa é eterna, e isto constitui a garantia de que a reconciliação, uma vez operada por ele, é do mesmo modo eterna. Jesus Cristo como tal é único. "*Há um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem*" (1Tm 2.5).

Jesus Cristo era escolhido para ser o Salvador dos homens condenados por causa dos seus pecados. Conforme o que ele era em si, estava escolhido para ser o *atonement*. Ele era o único que possuía desde a eternidade as características necessárias para ser o Mediador entre Deus e a raça pecaminosa. Jesus Cristo, como tal, era *"o Ungido"* e apontado para essa missão. Paulo declarou: *"... nos elegeu nele (em Cristo) antes da fundação do mundo ... e em amor nos predestinou para sermos filhos de adoção por Jesus Cristo para si mesmo"* (Efésios 1.4,5). Jesus Cristo era também o enviado por parte do Pai, o "Apóstolo", para efetuar o *atonement* entre Deus e o homem. Ele estava em condições de cumprir o propósito do Pai de salvar o homem perdido no pecado, o que realizou na *"plenitude dos tempos"*. *"E em nenhum outro há salvação; porque debaixo do céu nenhum outro nome há dado entre os homens, em que devamos ser salvos"* (Atos 4.12).

2. O Que Jesus Cristo Era em Relação com o Pai

Para compreendermos o *atonement*, devemos conhecer não somente o que Jesus Cristo era em si, mas também a sua relação com Deus, o Pai. O *atonement* é a reconciliação entre Deus e o homem. Deus e o homem são as partes pelas quais, Jesus Cristo opera a fim de estabelecer de novo entre elas a comunhão que foi destruída pelo pecado. Deus era o ofendido, e o homem o ofensor. O Mediador, para ser digno desta tarefa, devia ter as relações necessárias com ambas as partes a fim de realizar uma obra que satisfizesse as necessidades das mesmas. A relação de Jesus Cristo com o Pai, portanto, é um fator essencial no *atonement*. Sabemos que ele veio do céu e do Pai para realizar a obra da salvação. No princípio *"o Verbo estava com Deus"* e de lá veio ao mundo. Jesus Cristo mesmo muitas vezes declarou ter sido enviado por Deus a este mundo, e, para compreendermos melhor a sua missão, precisamos examinar a sua relação com o Pai, a respeito de que falam diversas passagens nas Escrituras Sagradas.

A relação de Jesus Cristo com o Pai é misteriosa e além da nossa compreensão. Não podemos penetrar e conhecer esta intimidade. Jesus Cristo falou muitas vezes desta relação apenas mencionando-a, mas não explicou os seus segredos. A relação de Jesus Cristo com o Pai é única e particular. Não se pode explicar em termos limitados e por meio de ilustrações imperfeitas a relação entre estas duas pessoas perfeitas e eternas da Santa Trindade. Todavia, temos bastante revelação nas Escrituras sobre esta relação que é ilustrada pelas formas mais altas de relações da vida humana e por meio das quais podemos ter uma noção limitada sobre o assunto.

A relação de Jesus Cristo com o Pai é filial e paternal. Jesus Cristo era Filho de Deus. Quando ele saiu das águas do batismo, recebeu o testemunho do Pai: *"Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo"* (Mateus 3.17). Este testemunho foi reiterado no monte da transfiguração. Durante o seu ministério repetidas vezes ele disse "meu Pai que estás nos céus", e nunca disse "nosso Pai", mas "meu", falando da sua própria relação, e "vosso" quando falava da relação dos discípulos com o Pai. A relação de Jesus Cristo com o Pai era única, particular e íntima. Ele disse: *"Eu e o Pai somos um"* (João 10.30). Esta relação é eterna. Existia *"antes que o mundo existisse"*. É eterna, como ele é eterno. Ainda que não possamos penetrar na intimidade da relação de Jesus Cristo com o Pai, temos, todavia bastante luz sobre o assunto, que nos revela o que esta relação dele com o Pai significa para os homens e o seu lugar no *atonement*.

Jesus Cristo apresentou-se a si mesmo como Filho de Deus. Como tal, foi reconhecido e confessado pelos seus discípulos quando ele ainda estava no mundo; e depois da sua ascensão continuou a assim ser proclamado. Jesus Cristo é apresentado como Unigênito de Deus. Este termo não implica que ele não fosse eterno, que tivesse sido derivado do Pai, mas indica a qualidade da relação. Ele é chamado de Filho para compreendermos melhor a sua relação com o Pai, porque

conhecemos, pela experiência, a relação entre pai e filho. A relação entre o Pai e Jesus Cristo é de amor santo e puro (*"meu filho amado"*) e de submissão por motivo de amor. Esta relação filial culmina com a unidade. Um só desejo, uma só vontade, sem a menor sombra de divergência. O auge desta relação filial foi expresso: *"Eu e o Pai somos um"*; *"Eu estou no Pai, e o Pai em mim"*. Para Jesus Cristo poder realizar o *atonement* era necessária esta relação com o Pai; sem ela ele não podia reconciliar o homem com o Pai. Aqui está a garantia do sucesso da sua obra. O Pai estava em Jesus Cristo, e Jesus Cristo, no Pai. A vontade do Filho era a vontade do Pai, o desejo de um era também o desejo do outro. O que um fez, também foi feito pelo outro, havendo a mais perfeita concordância, sendo impossível a divergência. O que um fez, o outro aceitou. No *atonement* esta relação perfeita e infinita, que não podemos avaliar, era essencial. Devido a esta relação, a obra de Jesus Cristo era também a obra do Pai; o desejo de salvar os pecadores era mútuo. Quando Jesus Cristo agia, também o Pai agia. Jesus Cristo aqui no mundo sempre mantinha esta relação com seu Pai. O Pai estava sempre nele, e ele, no Pai, de maneira que o Pai agia por meio do Filho. O sofrimento de Jesus Cristo na cruz era também o sofrimento do Pai, por causa da relação íntima. Paulo diz que *"Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo"* (2 Co 5.19). O *atonement* era a obra do Filho e do Pai.

O escritor da Carta aos Hebreus, falando de Cristo, diz que *ele "é o resplendor da sua glória e a expressa imagem do seu ser"*. Esta verdade é também mencionada em outras passagens. Aqui temos uma nova ideia sobre a relação de Jesus Cristo com o Pai. Ele é chamado resplendor da sua glória. Isto significa que ele reflete, resplandece a glória de Deus. Jesus Cristo é a imagem expressa, o caráter, a impressão da substância da personalidade de Deus, daquilo que é a base da natureza divina. Temos aqui a ideia de que Jesus Cristo é a revelação de Deus, aquele que resplandece a glória do Pai. Ele é a impressão exata da natureza de Deus. É a revelação última e perfeita de Deus ao homem. Até a vinda de Jesus Cristo ao mundo, a revelação de Deus não estava completa.

Deus tinha se revelado aos homens "muitas vezes, e de muitas maneiras", mas de modo imperfeito, porque os homens ainda não estavam preparados para receber uma revelação perfeita. Tudo o que existe revela o Criador. Na natureza, Deus se revela. "*Os céus declaram a obra das suas mãos*" (Sl 19.1). O universo todo é uma revelação. Nele vemos as maravilhas da sabedoria e do poder de Deus manifestos pelas leis que o regem. Mas o Universo não revela o caráter da personalidade de Deus. Este conhecimento não se alcança observando o Universo físico. A revelação pode vir somente por meio de uma personalidade e não pode consistir apenas em informações ou avisos, mas por meio de relações pessoais, pela influência de uma personalidade sobre outra personalidade. Tal revelação deve ser experimentada por meio da comunhão pessoal.

Deus tinha se revelado nos tempos anteriores à vinda de Jesus Cristo ao povo de Israel por meio de instituições, experiências históricas e também falado diretamente aos profetas. Esta era a revelação que apresentava a fase legal, a justiça de Deus e não a graça na sua perfeição. Esta revelação era incompleta e preparatória para a recepção da revelação final e perfeita, que era Jesus Cristo. Ele, pela sua relação com o Pai, o conhecia perfeitamente e o podia revelar. Este fato tem grande significação no *atonement*.

Pela sua relação única e particular com o Pai, Jesus Cristo podia ser digno e idôneo para reconciliar o homem com Deus, porque o conhecia perfeitamente e a sua natureza, santidade e justiça, e sabia o que era necessário por parte de Deus para a realização do *atonement*. A natureza de Deus não podia ser prejudicada; a justiça da Lei Moral devia ser cumprida, sem o que o *atonement* não seria justo. Era necessário que Deus fosse "*justo e justificador*". Jesus Cristo conheceu a natureza do Pai e estava em condições de satisfazer as necessidades da mesma. Entre os homens não havia quem pudesse fazê-lo, porque "todos pecaram" e, por conseguinte, se tomaram culpados. Entre os anjos não havia

quem estivesse nas relações com o Pai como Jesus Cristo estava. Jesus Cristo era o único digno do *atonement*, pela sua relação única com o Pai.

Pela sua relação de amor com o Pai, Jesus Cristo de modo algum ia prejudicar, no *atonement*, os interesses do Pai; não iria deixar de satisfazer todas as exigências da natureza divina na salvação dos pecadores. Ele era justo como o Pai e fez tudo com justiça. Conhecia perfeitamente o peso das ofensas morais do homem e a natureza divina que foi ofendida, como também a exigência da justiça. Portanto, estava em condições de realizar uma obra completa e satisfatória.

Mais uma ideia importante devemos mencionar sobre esta relação de Jesus Cristo com o Pai, sobre o seu valor no *atonement*. Devido a esta relação, a obra de Jesus Cristo agradou e foi aceita pelo Pai. Qualquer trabalho leva em si o valor da personalidade do seu autor. Deus, o Pai, não podia rejeitar a obra do Filho devido a relação que reinava entre os dois. A obra foi aceita por causa do seu Autor. Deus não duvidou da sua perfeição. Pela mesma relação, a obra de Jesus Cristo era também a obra do Pai. Os dois são um, e de modo nenhum a obra do Filho podia deixar de ser aceita pelo Pai. Este fato é de suma importância na idoneidade de Jesus Cristo para o *atonement* e para a certeza da sua aceitação pelo Pai.

Por outro lado, a relação de Jesus Cristo com o Pai tem grande valor para os homens, que tinham ofendido a Deus e estavam debaixo da condenação. Conhecendo a relação de Jesus Cristo com o Pai, podem confiar na obra de Jesus Cristo, certos da sua perfeição e aceitação por parte do Pai. Sem esta relação, seria mais difícil confiar na obra de Jesus Cristo, porque se poderia levantar dúvida quanto à sua aceitação pelo Pai. Conhecendo esta relação, o homem pode ter certeza da sua perfeição e de que é ao mesmo tempo a obra do Pai. A relação única e perfeita de Jesus Cristo é uma prova de que ele era o único e suficiente para reconciliar o homem com Deus.

3. *A Relação de Jesus Cristo com a Lei Moral*

A Lei Moral é chamada, às vezes, a Lei Divina e Lei da Justiça. Todos estes termos têm a mesma significação. A relação de Jesus Cristo com a Lei Moral tem grande importância na realização do *atonement*. Não podemos compreender a obra de Jesus Cristo sem examinarmos a sua relação com a Lei Moral. A razão disso é clara: o homem transgrediu, desprezou a Lei Moral, e continua num estado contrário a Deus. O homem é culpado perante Deus por causa desta transgressão e tem sobre si a sentença do castigo que a Lei justa lhe impõe. O castigo é a morte, a separação eterna de Deus. O *atonement* é a obra de Jesus Cristo para livrar o homem deste estado pecaminoso e para reconcilia-lo com Deus. Devemos conhecer a relação de Jesus Cristo com a Lei Moral a fim de sabermos que direito ele tinha e como podia ele libertar o pecador da pena da Lei e, ao mesmo tempo, satisfazer a Lei da Justiça. Assim como é necessário o conhecimento da relação de Jesus Cristo com o Pai, do mesmo modo precisamos conhecer a relação com a Lei Moral.

Esta relação ficará mais clara quando definirmos o que é a Lei Moral. Qualquer lei que rege um país, uma sociedade ou uma organização, é a expressão de uma vontade. O que o patrão quer, é lei para o empregado, e este se obriga a cumprir a vontade do patrão. Aquilo que Deus quer que o homem faça ou não faça, é uma lei para o homem. A Lei Moral é a expressão da vontade de Deus para com os homens. Quando o homem não observa a vontade de Deus, peca contra ele.

A Lei Moral não só é a expressão da vontade de Deus, mas também da sua natureza. A vontade revela a natureza. A natureza das coisas que o homem deseja revela o seu caráter. A Lei Moral é uma revelação da personalidade e natureza de Deus. A lei revela a legalidade de um ato, se ele é bom ou mau; também mostra aquilo que Deus detesta ou aprova e o grau de intensidade da atitude dele

para com a natureza das coisas. Pela Lei Moral sabemos que Deus é santo na sua natureza e incompatível com o pecado. O pecado é contra a Lei Moral e, portanto, contra a natureza de Deus. O motivo por que Deus é contra o pecado não é questão de vontade, mas do que ele é em si mesmo. É verdade que o pecado é contra a vontade Deus, mas esta baseia-se na natureza da sua personalidade. A Lei Moral é a expressão da natureza de Deus e é imutável, como ele é imutável na sua natureza. As leis dos homens mudam, porque eles mudam, mas Deus é sempre o mesmo, e também a Lei Moral é sempre a mesma e uma só. Não é estabelecida arbitrariamente, mas é determinada pelas exigências da sua natureza. A Lei Moral não pode ser apenas uma formalidade ou aparência, porque é a expressão da realidade da natureza de Deus. Não é parcial, mas é a mesma para com todos, porque Deus é o mesmo para todos e não pode fazer acepção de pessoas. Os homens mudam as leis, mas perante a Lei Moral são todos iguais. Como Deus é eterno e a sua natureza não muda, assim também a Lei Moral permanece a mesma para todo o sempre. Ela era a mesma para as gerações passadas, é a mesma para o presente, e continuará para sempre. É verdade que antes de Jesus Cristo não foi revelada tão perfeitamente, mas, quanto à sua natureza, foi e será sempre a mesma.

É preciso distinguir entre a Lei Moral e as leis que regem o mundo físico. Ambas são de Deus, ambas revelam Deus, o seu poder e a sua sabedoria. As leis que existem no mundo físico, regendo os fenômenos naturais, são a maneira de Deus agir na natureza, seu modo de dirigir, sustentar e preservar a criação. São leis estabelecidas para as coisas físicas. O homem também está sujeito à essas leis. A Lei Moral é o modo de Deus dirigir os seres livres, racionais e morais, criados à sua imagem. É uma Lei de uma esfera mais alta. A lei da natureza física age por si, trazendo imediatamente as consequências quando é transgredida. A Lei Moral é diferente; as suas consequências não são imediatas, mas são certas do mesmo modo. As leis físicas são observadas instintivamente, sem deliberação da vontade. Para obedecer-se à

Lei Moral é preciso deliberação voluntária; é preciso escolher. As obrigações morais não são como as leis matemáticas, que a pessoa é obrigada a observar. A Lei Moral é própria para os seres livres e morais. A Lei Moral é para o reino moral, enquanto as leis naturais são para o reino físico.

Compreendendo o que a Lei Moral é em relação a Deus, podemos examinar a sua relação com Jesus Cristo, para sabermos como pode se efetuar a salvação do pecador, quando a Lei não justifica o culpado. Para explicar a morte de Jesus Cristo, devemos conhecer a sua relação com a Lei Moral. Esta relação é um ponto de suma importância no *atonement*. A relação de Jesus Cristo com a Lei Moral é única e diferente da que o Pai tem para com ela. Ainda que não possamos esgotar o assunto, porque vai além da capacidade humana, notemos alguma coisa sobre esta relação infinita e eterna.

A relação de Jesus Cristo com a Lei Moral baseia-se na sua relação com o Pai, na sua unidade com ele.

Duas palavras temos a dizer sobre a relação de Jesus Cristo com a Lei Moral. A primeira é que Jesus Cristo é o Legislador moral da raça. A Lei Moral com que o Pai governa os homens é também a Lei Moral de Jesus Cristo. É, do mesmo modo, a expressão da sua vontade, da sua natureza e, em todo o sentido, é a Lei Moral de Jesus Cristo. Ele é um com o Pai na vontade e na natureza. Jesus Cristo é a expressão perfeita de Deus. A Lei Moral representa também o que Jesus Cristo é na sua essência, o que ele aprova e o que não aprova. O pecado contra a Lei Moral é também pecado contra Jesus Cristo. Jesus Cristo é o Legislador moral da raça porque *“o reino foi-lhe entregue”*. *“Tudo foi criado por ele e para ele”* (Colossenses 1.16). Jesus Cristo é o Senhor de todas as coisas, e, como tal, é também o Legislador moral dos homens. Sendo ele Legislador, é maior do que a Lei. A Lei não é independente do Legislador. Acima da Lei está o Legislador, que age por intermédio da mesma e de acordo com a sua própria natureza. A Lei é o modo de agir em relação a si mesmo e também

em relação aos outros. Dizer que o Legislador é maior do que a Lei não significa que pode abandoná-la e deixar de aplicar aos transgressores o castigo. Pelo fato de ser a Lei uma expressão da natureza do Legislador, isto seria um ato contra si mesmo. Mas o Legislador pode escolher outro meio justo e alcançar o resultado visado na Lei, contanto que não seja violada a sua natureza. O fim da Lei Moral é maior do que o processo de alcançá-la. Esta relação de Jesus Cristo com a Lei Moral é única. A personalidade de Jesus Cristo está acima da Lei Moral e sempre age de acordo com a sua natureza. Esta relação está ligada com a relação com o Pai.

Outra verdade que temos a notar sobre a relação de Jesus Cristo com a Lei Moral e ainda mais significativa para o *atonement*. Jesus Cristo não era só Legislador, o Autor da Lei Moral, mas ele é também o Juiz que aplica a Lei ao homem, de acordo com a transgressão. Ele é o representante perpétuo da Lei. A Lei deve ter uma personalidade autorizada para aplicá-la. A Lei sem uma pessoa não significa coisa alguma. Diversas passagens bíblicas mostram que Jesus Cristo foi constituído “*Juiz dos vivos e dos mortos*”. E Deus, por intermédio do Filho, julgará todas as coisas. Jesus Cristo, falando de si mesmo, disse que (Mateus 25.31; João 5.22). Paulo disse no Areópago que “*Deus determinou um dia em que com justiça há de julgar o mundo, por meio do varão que para isso ordenou ...*” (Atos 17.31). Por estas passagens, que não são as únicas, vemos que Jesus Cristo é quem aplica a pena do pecado. Ele é constituído Juiz e todo o julgamento está nas suas mãos. O Juízo Final, como alguém disse, e apenas uma parte dessa função. Jesus Cristo é o Salvador dos que o aceitam e Juiz dos que o rejeitam. Ele é o único revestido do direito de aplicar a Lei Moral. A Lei Moral não pode ser aplicada pelos homens porque todos estão debaixo da Lei e não poderiam aplicar uma lei maior do que eles mesmos. Os homens são iguais perante a Lei Moral, e nenhum deles tem o direito de aplicá-la aos outros. Aqui está a razão por que nenhum homem tem o direito de julgar o outro quanto à relação com Deus; cada qual é responsável

por si perante o Legislador moral, ao qual prestará contas de si mesmo. Só Jesus Cristo é o Juiz moral do homem. O juiz humano pode julgar apenas as ofensas contra os homens e aplicar uma justiça relativa, mas, quanto as ofensas morais contra Deus, é Jesus Cristo quem aplica a justiça aos transgressores.

Jesus Cristo, como Juiz moral da raça humana, o representante da Lei, que é a expressão da sua natureza, não podia deixar de cumprir a Lei em relação aos transgressores. Tal ato seria uma mancha para ele, seria uma tolerância das ofensas e conivência para com o pecado. As ofensas de uma personalidade contra outra personalidade não podem deixar de ficar sem o castigo justo pelo fato de serem soberanas, tendo cada uma delas o dever de zelar pela sua integridade e também respeitar a integridade da outra. Uma pessoa, ofendendo moralmente a outra, prejudica a reputação da mesma. Os direitos e deveres morais entre os indivíduos são iguais e mútuos. A relação dos homens com Deus é diferente. Aí não há igualdade de integridade, mas semelhança no dever da relação moral. Deus e a personalidade perfeita; o homem, a imperfeita e relativa. A relação é de Criador com criatura, de Pai com filho. O pai pode deixar de cobrar do filho uma dívida em dinheiro, sem prejudicar o seu próprio caráter, mas não pode deixar passar uma ofensa que o filho pratica contra o seu caráter. O pai pode sacrificar o que possui, mas não o que é. Ainda que ame o filho, deve castigá-lo para proteger a integridade moral dele, como também para ensiná-lo a respeitar a sua integridade moral como pai. Esta comparação ilustra a relação do homem com o Legislador moral. Jesus Cristo não podia deixar de castigar os pecadores, os seus ofensores morais, para não prejudicar a si mesmo, como também ao Pai. A sua santidade exigia a aplicação da justiça à altura do seu zelo pela sua perfeição moral. Deus, pelo amor aos pecadores, desviaria deles o castigo, mas, pela sua santidade, não podia deixar de aplicar o castigo da Lei e conseguir os resultados desejados. Não há divergência entre a santidade e o amor. O amor de Deus é santo. Nas Escrituras Sagradas encontramos muitas vezes mencionada esta verdade.

Quando se fala dos juízos de Deus, dos castigos e preservação do povo de Deus, vemos que ele fez tudo *"por amor ao seu nome"*, por amor a sua natureza, a sua personalidade. Por esse motivo, não pode deixar passar as ofensas morais, nem deixar de exigir a satisfação da justiça. Era necessário aplicar o castigo, cumprir a Lei Moral, não como um ato de mera vontade, mas como uma necessidade imperiosa. Quando se diz que o pecador deve sofrer, não é porque Deus assim o queira - ele *"não tem prazer na morte do ímpio"* (Ezequiel 33.11) - mas é porque a natureza da sua personalidade o exige. Esta é a razão por que o castigo da Lei Moral deve ser aplicado. O fim da Lei é manter a integridade não manchada e reconhecida como tal e produzir, por meio do castigo, ao culpado, o reconhecimento da sua falta e da justiça expressa na aplicação da Lei. O propósito no castigo não é demonstrar superioridade ou ressentimento. Não é só o zelo pela integridade moral; é também conseguir, do culpado, aquela disposição ou atitude necessária que lhe faltava para com o ofendido, cuja falta gerou a transgressão. O pai castiga o filho desobediente, não só para que sofra pela desobediência, nem só para exprimir a sua indignação contra a desobediência. Mas o castigo visa, além de tudo, tornar o filho obediente e melhor. O castigo da Lei Moral não é uma exibição de poder, simples homenagem à Lei, um meio de prevenir os outros contra a transgressão ou um meio de corrigir o culpado. Muitas teorias existem baseadas num ou noutro destes pontos de vista, que não concordam com as Escrituras Sagradas. O castigo da Lei Moral é uma justa aplicação da pena que o culpado merece pelas suas ofensas contra a própria personalidade santa de Deus e é uma necessidade da personalidade divina, que não pode deixar de ser satisfeita.

Jesus Cristo, sendo o Juiz moral da raça humana e seu Legislador, era também o Senhor da Lei Moral. A Lei não o limitava. Ele não estava debaixo da Lei. Isso não significa que ele podia deixar de cumpri-la. Pela relação da Lei com a sua natureza, isso era impossível. Jesus Cristo precisava alcançar o objetivo da Lei Moral. Sendo Legislador, podia fazê-lo conforme queria. Ele

podia mudar o modo de aplicar o castigo de acordo com a sua própria natureza e a do homem e alcançar o mesmo efeito, não se prejudicando nem prejudicando o homem. Aí aparece a liberdade do Legislador. Jesus Cristo podia fazê-lo. O castigo devia alcançar o objetivo moral, visado na Lei Moral, que é invariável como a natureza do Legislador. Jesus Cristo, pela sua relação com a Lei, podia mudar a forma da aplicação do castigo, desde que conseguisse o fim desejado. Ele aplicou o castigo da Lei Moral de modo diferente, de maneira a ser o culpado salvo da condenação. Jesus Cristo, como representante da Lei Moral, garantiu a sua justa aplicação e os seus resultados morais e, além disso, a salvação do culpado. Jesus Cristo era o Senhor de todas as coisas. O mundo foi criado “*por ele e para ele*” e nele subsistem todas as coisas (Colossenses 1.16,17). Era o único nesta posição. A sua posição em relação à Lei Moral é única. Ele era o único que podia agir e aplicá-la conforme a sua sabedoria infinita, e efetuar o *atonement*, trazendo os pecadores novamente para a relação filial com o Pai.

4. A Relação de Jesus Cristo com a Raça Humana

A relação de Jesus Cristo com a raça humana foi um dos fatores essenciais no *atonement*, que foi a reconciliação da raça com Deus. Vimos o que Jesus Cristo era em si, a sua relação com o Pai e com a Lei Moral. Isto, porém, não basta para explicarmos a sua idoneidade para essa obra. Jesus Cristo era digno de realizar o *atonement* pela sua relação com o Pai e com a Lei Moral. Para compreendermos melhor a dignidade de Jesus Cristo, precisamos estudar o que ele era com relação à raça humana, ou melhor, com relação a nós. Devemos conhecer a sua relação com ambas as partes que ele veio reconciliar. O intermediário devia satisfazer as necessidades tanto de uma como de outra parte. A relação de Jesus Cristo com a raça humana é de um interesse especial para nós, porque ele precisava de reconciliação, e nós somos parte dela. A raça humana era a parte culpada e condenada. Por si mesma não podia sair desta condição terrível e entrar em um novo

relacionamento com o Pai. Esta também era a nossa condição; portanto esta fase nos envolve mais de perto, ainda que as outras sejam também de valor infinito. Para apreciarmos o direito de Jesus Cristo realizar a reconciliação, devemos conhecer o que ele era em relação à raça humana. Podem surgir, facilmente, as perguntas: Como Jesus Cristo podia tornar-se o nosso Mediador? Como é que o seu sacrifício tem valor universal? Como é que por ele Deus pode perdoar pecados? ... Muitas outras perguntas semelhantes a estas podem surgir, enquanto não conhecermos a relação de Jesus Cristo com a raça humana. Devemos saber e crer que Jesus Cristo morreu por nós, pelos nossos pecados, bem como as razões por que ele fez isso. Conhecendo aquilo que justifica a obra de Jesus Cristo, temos uma base mais firme para a nossa fé e mais amor e confiança para com ele. Sabemos que ele não só satisfaz as exigências do lado divino, mas também representou de modo eficaz e satisfatório a nossa parte no *atonement*. Nenhuma parte ficou prejudicada. Jesus Cristo realizou uma obra que satisfaz ambas as partes. Examinemos, então, alguma coisa sobre a relação de Jesus Cristo com a raça humana.

A relação de Jesus Cristo com a raça humana excede a compreensão dos homens. A Bíblia esclarece bastante o assunto, ainda que não possamos esgotar toda a sua revelação sobre o mesmo. A relação do Reconciliador com a raça humana, a ser reconciliada com Deus, é misteriosa.

A relação de Jesus Cristo com a raça humana baseia-se na sua relação com o Universo. A raça humana é uma parte da criação, do Universo. É a parte mais gloriosa da obra de Deus. É a coroa da criação. Na relação de Jesus Cristo com o Universo está também incluída a sua relação com a raça humana. Qual a relação de Jesus Cristo com o Universo? No começo do Evangelho de João lemos que "Todas as coisas foram feitas por intermédio dele e sem ele nada do que foi feito se fez" (João 1.3). Muitas outras passagens bíblicas apresentam a mesma ideia. Jesus Cristo é o Criador do Universo e, portanto, também o Criador da raça

humana. A criação não foi uma obra imediata de Deus. Deus criou, por Jesus Cristo, todas as coisas. A relação entre Jesus Cristo e a raça humana é a do criador com a criação, do mestre com a sua obra. O Universo existe porque Jesus Cristo o criou. Esta relação permanece para sempre. Muitas vezes pensamos que Deus criou os céus e a terra, mas isto não é tudo. Deus criou "por ele", por intermédio de Jesus Cristo, todas as coisas. Não há conflito nessa expressão. Apenas vemos quem foi o agente, o executor da obra da criação. Às vezes dizemos que fulano construiu uma casa, mas na verdade ele não teve parte ativa na obra. Outros trabalharam por ele, no entanto a obra é dele. A obra da criação é de Jesus Cristo. Ele não era como um instrumento nas mãos do Pai na execução da obra, mas o próprio executor da obra do Pai. Sem ele, nada se fez. A criação toda, cuja complexidade, cujas profundezas são apenas em parte conhecidas, é obra de Jesus Cristo. No Antigo Testamento, o fato de ser Deus o Criador de todas as coisas é considerado como a glória e excelência da verdadeira religião. A superioridade da religião dos israelitas sobre a das outras nações acha-se no fato de ser Deus o Criador de todas as coisas. *"Os deuses que não fizeram os céus e a terra, esses perecerão ... Ele fez a terra pelo seu poder ... "* (Jeremias 10.11,12). Os profetas tomaram este fato como meio de mostrar a glória e a superioridade da sua religião. *"Os céus proclamam a glória de Deus ... "* (Salmos 19.1). Pode-se dizer que a maior glória de Jesus Cristo no *atonement* é o fato de ser ele o Criador de todas as coisas, o Criador da raça humana. Esta relação completa a sua idoneidade. O fato de ser ele o Criador é importantíssimo, pois com ele acham-se relacionadas outras verdades.

Jesus Cristo não é somente o Criador de todas as coisas, mas é também o seu Sustentador. *"Nele subsistem todas as coisas"* (Colossenses 1.17). Jesus Cristo é quem sustenta o Universo. As leis que regem as partes do Universo e a sua ordem devem a sua existência a Jesus Cristo. Sem ele, tudo estaria em desordem. Ele é a origem da vida que há no Universo. *"Nele estava a vida"* (João 1.4). *"Eu sou a vida"* (João 11.25). A vida que existe provem de

Jesus Cristo. Este é um grande fato ignorado por aqueles que não conhecem a Jesus Cristo. A raça humana subsiste porque Jesus Cristo é o seu Sustentador. A vida da raça humana, aquilo que o homem é e o que ele faz, tudo depende de Jesus Cristo. O progresso da vida intelectual, as descobertas do Universo físico, o desenvolvimento moral e espiritual são as manifestações de Jesus Cristo, de sua vida na raça humana. Ele não é só o Sustentador daqueles que o aceitam, dos crentes, mas de todos os homens. A fonte que sustenta todas as coisas é uma só; é Aquele por quem foram feitas todas as coisas.

Jesus Cristo é também o possuidor de todas as coisas. Ele é o Senhor do Universo e da raça humana. Não só a Igreja lhe pertence, mas toda a raça humana é dele. A relação é de Senhor para com aquilo que lhe pertence. A raça humana, na sua maioria, ignora a quem pertence e desconhece o seu Senhor.

Devemos ainda notar uma relação mais alta de Jesus Cristo com a raça humana: é o propósito na criação da raça humana. Para que fim existem todas estas coisas? Por que existe a raça humana? O Universo não é um fim em si mesmo, nem a raça humana. Tudo o que existe tem uma razão de ser, tem um propósito. Cada uma das partes do Universo existe para um certo fim. Tanto as coisas mais insignificantes como as maiores, todas têm fins determinados, e estes, correlacionados, contribuem para o propósito final do Universo. O homem é a coroa da criação. As demais coisas existem por causa do homem, para as suas necessidades, para o seu bem-estar. A criação existe por causa do homem e para a realização do propósito de Deus nele. Pergunta-se, então: Por que existe o homem, e qual o seu propósito? O homem, não sendo apenas matéria, não podia ter um propósito físico. Sendo espiritual, ele deve ter um fim espiritual. O homem existe para Jesus Cristo, a fim de herdar a sua glória. Este é o motivo por que foi criado; e para esse alvo caminha todo aquele que se submete voluntariamente ao plano traçado pelo seu

Criador. A raça humana foi criada para Jesus Cristo, a fim de ser a sua possessão para todo o sempre.

Jesus Cristo, na qualidade de Criador, sustentador e possuidor, tem o direito de agir na raça humana, porque esta lhe pertence. Sem esta relação, ele não poderia agir na vida dos homens e por eles; seria alheio à raça humana e impossibilitado de efetuar o *atonement*. Mas, sendo o possuidor, cabia-lhe o direito de realizar a salvação. João diz: "*Veio para o que era seu*" (João 1.11). Veio para aquilo que lhe pertencia, "*e os seus não o receberam*". Esta passagem bíblica não significa que ele veio só para os judeus, a cuja nacionalidade pertencia segundo a carne. Em parte, isto é verdade; porém, ele veio para toda a raça humana, porque toda ela era dele. A raça humana toda o rejeitou, tanto judeus como gentios, mas "*a quantos o receberam (quer judeus, quer gentios) deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus*" (João 1.12). A raça humana, toda, foi criada para Jesus Cristo, porém ela não permaneceu na posição inicial e em comunhão com o seu Criador. Ela separou-se voluntariamente, pecou, desprezou o seu Criador e escolheu seguir a sua própria vontade. Em consequência, destitui-se da glória de Deus. A raça humana perdeu-se; deixou o seu Senhor; caiu da sua posição; desviou-se do seu ideal; tornou-se rebelde contra o seu Criador, prejudicando-se assim a si própria e tornando-se incapaz de alcançar, por si mesma, o alvo para o qual foi criada.

Pelo fato de perder-se deste modo, a raça humana não deixou de pertencer a Jesus Cristo. O objeto perdido continua a ser propriedade do seu dono; ainda que não esteja com ele, este tem o direito de busca-lo, fazendo todo o esforço possível para recuperá-lo. Jesus Cristo, sendo o Senhor da raça humana, tinha o direito de busca-la quando se havia perdido. Era dele, e, portanto, podia buscar o que lhe pertencia. Como um pastor busca a ovelha desviada, assim Jesus Cristo buscou a raça humana perdida, de maneira justa, não prejudicando a si mesmo, nem ao Pai, nem ao que se perdeu. Sem esta relação com a raça humana, Jesus Cristo

não teria direito de efetuar o *atonement*. Ele não só podia tomar esta causa, mas também isto lhe era necessário por causa da sua relação com a raça humana. Falando em necessidade, não queremos dizer que a raça humana não seja responsável pela sua própria perdição, ou que Jesus Cristo fosse obrigado a salvá-la. Não havia autoridade alguma acima de Jesus Cristo a que tivesse de se submeter. A relação com a raça humana era estabelecida voluntariamente por Jesus Cristo desde a eternidade. Sendo ele o Senhor e proprietário da raça humana, devido a esta relação, não podia deixar perdido aquilo que era seu. A raça humana tinha um plano, um alvo a alcançar. Jesus Cristo era o Autor e a garantia da execução desse plano. A raça humana, pecando, desviou-se do seu plano; se permanecesse nesse estado, perdendo para sempre o seu alvo, o plano do seu Criador falharia por completo. Por ser perfeito, o plano de Jesus Cristo não pode falhar. Pecando, a criatura não transtorna o plano do seu Criador; ela prejudica-se a si mesma, mas o plano permanece e será realizado. Jesus Cristo, por amor ao seu nome e a raça humana, não poderia deixar falhar um plano eterno que tinha traçado. Se a raça humana ficasse eternamente perdida, na sua totalidade, isso seria o fracasso de um plano eterno e perfeito, o que não se pode admitir. Pela sua relação com a raça humana, Jesus Cristo, como responsável pela realização do seu ideal, teve necessidade de, por amor a si mesmo, salvar o homem perdido, tendo força para alcançar o seu alvo. Isso, de modo algum, era uma obrigação para ele, porque a sua relação com a raça humana era assumida voluntariamente desde a eternidade. Ele obrigou-se a si mesmo, o que era a maior prova de liberdade. Aí não há nem sombra de constrangimento de fora. No *atonement*, Jesus Cristo demonstrou o máximo de liberdade, que o homem não pode avaliar nem apreciar, porque isto foi um ato divino, perfeito e infinito, que vai além da compreensão humana.

Na realização do plano em relação à raça humana, Jesus Cristo devia conservar o que já havia sido estabelecido. A natureza do homem não podia ser quebrada. A sua liberdade e semelhança de Deus deviam ser sentidas no *atonement*. Jesus Cristo devia manter

o que ele mesmo tinha criado, do contrário haveria conflito entre um ato e outro do mesmo Autor. Jesus Cristo, na sua infinita sabedoria, agiu de um modo maravilhoso e efetuou o *atonement* sem o menor conflito na sua obra geral. O homem é uma criatura livre, criada assim por Jesus Cristo, e o *atonement* devia ser tal que salvasse o perdido e não lhe tirasse a sua liberdade. A obra de Jesus Cristo é perfeita. Não apresenta a menor imperfeição. Semelhante trabalho só ele podia realizar. Ele era o único digno e capaz de uma obra perfeita e infinita. A sua relação com a raça humana era impar. Nem na terra, nem no céu, havia outro que pudesse efetuar o *atonement*. Jesus Cristo era o único com esta relação com a raça humana e com o direito de agir pela humanidade para reconcilia-la com Deus, o Pai.

Além de Jesus Cristo ser o Criador, Sustentador e Senhor da raça humana, ele tem mais uma relação com os homens que devemos notar. O homem é espiritual, criado à imagem de Deus e como está agora é imperfeito. A imperfeição sugere a ideia de que deve haver para o homem um modelo perfeito que lhe sirva de ideal e o inspire a desejar a aproximação do tal ideal. Esse ideal deve ser perfeito, porque o homem é obra de um Ser perfeito, criado conforme a sua imagem, e não pode estar destinado a alcançar um ideal imperfeito. O ideal deve ser espiritual; deve ser glorioso. Ainda que imperfeito devido ao pecado, o homem é um ser maravilhoso quanto às capacidades intelectuais, morais e espirituais. Quem poderia ser o ideal para a raça humana? Entre os homens não havia ninguém perfeito, e o imperfeito não serve de ideal. O ideal deve ser perfeito. O ideal perfeito da raça humana é Jesus Cristo. Diversas passagens bíblicas revelam esta verdade. Jesus Cristo é chamado “o primogênito de toda a criação.” Quando se fala da sua relação com o Pai, é chamado Unigênito e imagem perfeita de Deus, a fim de indicar a sua afinidade com o Pai. O termo “imagem” indica revelação. Jesus Cristo era a revelação perfeita de Deus. Nele estava a plenitude de Deus. Quem via Jesus Cristo, via o Pai e o caráter perfeito da sua natureza manifestada aos homens. Quando Jesus Cristo é chamado

"primogênito de toda a criação", não significa que ele seja criatura ou da mesma essência de que somos nós, mas ele é o ideal perfeito da raça humana. *"O Verbo estava no princípio com Deus"*. O ideal em que se encontrava a perfeição e o alvo da raça humana estava com Deus desde a eternidade. O homem, quando foi criado, foi feito à semelhança do seu ideal; não perfeito, mas capaz de um aperfeiçoamento gradual. "Primogênito da raça humana" quer dizer que Jesus Cristo era o primeiro da raça humana, quanto ao ideal, o alvo para o qual os homens caminham quando o aceitam como tal para si. A vida de Jesus Cristo neste mundo era o ideal da vida de um homem perfeito no mundo. Jesus Cristo era homem normal e perfeito, enquanto os outros todos são anormais devido ao pecado. O desenvolvimento físico, intelectual e espiritual de Jesus Cristo; seu domínio próprio; suas ações; seu amor sacrificial; sua santidade; suas relações com os outros e com Deus; tudo isto é o que os homens devem alcançar. Os homens ainda não atingiram este ideal que lhes apresenta a vida de Jesus Cristo, mas aqui está o ideal da raça humana. Em Jesus Cristo vemos um homem perfeito, que tem sido o único, e, neste sentido, ele é o clímax da criação, o primogênito da criação no sentido de ser o ideal para a raça humana. A profecia da perfeição do homem estava exemplificada em Jesus Cristo. Este ideal da raça humana estava junto com Deus desde a eternidade e, pela encarnação, veio habitar por algum tempo entre os homens. Em Jesus Cristo os homens tinham o seu próprio ideal apresentado pelo exemplo. O termo "primogênito" é usado quando se fala de encarnação. Na encarnação Jesus Cristo teve por fim não só apresentar o exemplo da raça humana, mas também libertar os homens da escravidão do pecado que os separava cada vez mais do seu ideal. O homem por si não podia sair do pecado e começar a se aproximar do seu alvo. Jesus Cristo veio livrá-lo do pecado, apresentando-lhe o ideal e a força para o alcançar.

Jesus Cristo é chamado "Segundo Adão". O primeiro Adão era a raça humana, mas não era o seu ideal; não foi criado para ser imitado pelos seus descendentes. Até Jesus Cristo, a raça humana

não estava completa; a obra da criação não estava terminada. Faltava o ideal para os homens. Este devia ser apresentado, conhecido e alcançado pelos homens. Faltava também o auxílio de fora para a raça humana poder alcançar o seu ideal, sem o que este de nada valia. Os profetas do Antigo Testamento idealizavam o mais possível como devia ser a raça humana no seu caráter. Eles não apresentavam pessoa alguma como exemplo de imitação, mas anunciavam que havia de vir um que satisfaria esta necessidade, e que era Jesus Cristo, o "*primogênito de toda a criação*".

O ideal, o alvo para ser eficiente, para estimular, deve estar perante os olhos dos homens. Deve ser visto, a fim de que se possa imita-lo. Aqui está uma razão por que Jesus Cristo devia tomar a forma de homem. Ele precisava influir nos homens pelos meios necessários à natureza psicológica e espiritual deles, atraindo-os a si. O alvo puramente espiritual não poderia ser compreendido pelos homens, ainda pouco desenvolvidos espiritualmente. Jesus Cristo, sendo o ideal perfeito da raça humana, precisava tomar a forma de homem, aparecer na história da humanidade de modo patente para todos. Foi o que ele fez. Ele, pelo exemplo de vida, mostrou qual devia ser a vida e o caráter de todos os homens. A encarnação era o complemento da criação, a apresentação do ideal à humanidade, o qual já existia junto com Deus antes de ela ser criada e cuja realização e o seu fim. Neste sentido, Jesus Cristo era parte da raça humana, isto é, como seu ideal. Ele não era a raça humana. Adão era a raça humana no seu começo. Jesus Cristo é o segundo Adão, em relação à nova raça, ao povo escolhido. Ele é o seu começo e alvo. Jesus Cristo é chamado primogênito da criação porque é o primeiro perfeito que existiu entre os homens como tal. Jesus Cristo não é o ideal apenas da sua Igreja, mas ele é o ideal para todos os homens. É o cumprimento da profecia do que a raça humana é no seu ideal. Ele é "*o varão perfeito*", cuja estatura a raça humana deve alcançar. A sua vida neste mundo, a sua perfeição moral são o ideal para a nossa conduta. Jesus Cristo é também o ideal espiritual, perfeito e eterno para os que são seus filhos e seguidores. O progresso do crente continua sempre, e

Jesus Cristo continua a ser o ideal eterno da nova raça espiritual. Ele é um membro da raça humana, seu representante perfeito e que se baseia no fato de ser seu Criador, Sustentador, Senhor e Ideal glorioso. Ele teve o direito de agir em favor da raça humana a fim de salvá-la da perdição, da separação da glória de Deus e do seu ideal, que era ele mesmo. Jesus Cristo era o único que sustentava esta relação, o único Senhor da raça humana que podia vir ao mundo para "*o que era seu*" e "*buscar o que se havia perdido*". Se ele não realizasse o *atonement*, salvando e reconciliando os homens com Deus, falharia o seu plano, o que, de modo algum, poderia acontecer pelo fato de este ser divino. Jesus Cristo, devido a esta relação com a raça humana, podia libertá-la da condição pecaminosa em que se achava. Ele era o seu representante, não escolhido pela raça humana, mas voluntário, digno e com direito de agir. Os homens, vendo o amor que ele manifestou, podem confiar nele, certos de que a sua obra é perfeita e aceitável perante Deus, o Pai.

O *atonement* torna-se precioso quando é compreendido que Jesus Cristo é um de nós. Ele é nosso Criador; a ele devemos a vida de todas as coisas; ele nos sustenta e guarda; é o nosso Senhor; a ele pertencemos e para ele existimos. Quando descobrimos qual o ideal para nossa vida estabelecido "*antes da fundação do mundo*" e qual o motivo por que Jesus Cristo veio a este mundo, ainda que não possamos compreender tudo perfeitamente, o nosso coração transborda de gozo e Jesus Cristo torna-se mais significativo para nós, porque ele é a nossa única esperança. O esforço de Paulo para "alcançar a Jesus Cristo" e as palavras de João que "*nós seremos semelhantes a ele*" (Jesus Cristo) na sua volta, tudo isto torna-se muito rico em significação quando conhecemos um pouco da relação de Jesus Cristo com a raça humana e conosco.

Capítulo 2

O QUE JESUS CRISTO FEZ

Considerando o que Jesus Cristo era em relação a si mesmo, ao Pai, à Lei Moral, e à raça humana, vimos que ele era o único digno e capaz de ser o reconciliador entre Deus e o homem, porque satisfaz as condições necessárias de ambas as partes.

Examinemos agora o que ele fez e como resolveu o problema maior do Universo - reconciliar o homem com Deus - salvando um e ao mesmo tempo cumprindo a justiça exigida pela natureza do outro, do que resultou, entre os dois, relações de íntima comunhão.

Há diversas fases na obra de Jesus Cristo que devemos conhecer a fim de termos uma noção clara do *atonement*. Ainda que seja impossível sondar as profundezas da obra de Jesus Cristo, porque excede toda a inteligência humana, examinemos o assunto até ao ponto em que pudermos alcançar, deixando o que vai além do nosso alcance.

1. *Jesus Cristo Revelou o Pai aos Homens*

O primeiro trabalho de Jesus Cristo, depois de vir a este mundo, era a revelação de Deus aos homens. Era a obra de profeta e necessária no *atonement*. Jesus Cristo, o Mediador, precisava revelar-se a uma parte e a outra a fim de ser compreendido o que faria por ambas. O homem não podia ser reconciliado com Deus sem conhecer a sua natureza. Precisava saber o que ele é em si, conhecer a justiça das suas leis, a sua santidade e o seu amor. O conhecimento de Deus, revelado na natureza, não era suficiente, porque esta não revela o carácter da sua personalidade. O escritor da Carta aos Hebreus diz: "*Ora, sem fé é impossível agradar a Deus, porque é que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe, e que é galardoador dos que o buscam*" (Hebreus 11.6).

Não basta saber que Deus existe; o seu carácter também deve ser conhecido. Ele é o galardoador dos que o buscam e vice-versa. Ninguém pode aproximar-se de Deus sem conhecer o seu carácter e sem cumprir as condições necessárias exigidas pela sua natureza. Conhecendo a Deus, o homem vê a sua própria condição, os seus pecados, aquilo que o separa de Deus. Ele reconhece que o pecado é contra a natureza de Deus, como Davi quando disse: "*Contra ti, contra ti somente, pequei*" (Salmos 51.4). Também reconhece a

falta de méritos que pudessem desviar o castigo. O conhecimento de Deus era necessário também ao homem para poder obedecer, cumprir a vontade de Deus voluntariamente e por amor. A obediência sem amor não é obediência, mas um constrangimento de fora a conformar-se com certas leis, o que não é o que Deus deseja.

Jesus Cristo teve necessidade de revelar o Pai aos homens a fim de realizar o *atonement*. A raça humana já possuía algum conhecimento de Deus, pois Deus tinha se revelado desde o princípio por diversas formas. Moisés recebeu a revelação da santidade e justiça de Deus. As leis dadas por meio dele apresentam Deus como santo e justo, bem como a sua atitude para com os transgressores. Antes disso já havia conhecimento de Deus, mas a Lei era uma manifestação mais clara daquilo que Deus queria que os homens fossem na sua vida e no seu caráter, tendo como base aquilo que Deus era em si mesmo. No tempo de Moisés, Deus se manifestou por meio de símbolos materiais, que serviam de ilustração. Esta foi a dispensação da revelação material. Depois veio a revelação intermediária que era a dos profetas. Esta interpretava os símbolos, mostrando mais a sua significação espiritual; interpretava que *"obedecer era melhor do que sacrificar"*. Deus queria o coração e não os atos externos. Os profetas valorizavam mais o que tinha valor permanente na Lei dada por meio de Moisés e trouxeram também novas revelações sobre Deus e a natureza da relação do homem para com ele. A revelação de Deus no Antigo Testamento foi gradual, de acordo com as leis que regem a natureza do homem. A revelação cresceu e tornou-se cada vez mais perfeita. Era progressiva, mas não atingiu a perfeição, nem podia atingi-la. No entanto, o que foi revelado era verdade, ainda que não fosse completo. A revelação do Antigo Testamento era o preparo, a base para a revelação perfeita. Para se compreender o que é perfeito, deve-se começar pelo que é imperfeito. Esta lei é invariável. O conhecimento perfeito de Deus veio por meio de Jesus Cristo. A revelação de Jesus Cristo é chamada de "dispensação espiritual da revelação".

Jesus Cristo deu a significação espiritual ao que foi revelado nas dispensações anteriores. Somente em Jesus Cristo temos a explicação do Antigo Testamento.

A revelação do caráter de Deus, que é uma pessoa, ao homem, que também é pessoa, só podia ser dada por meio de uma personalidade. A sabedoria e o poder de Deus acham-se revelados no mundo físico, mas este não revela a sua natureza. O homem em si, sendo pessoal, é uma revelação de Deus, mas imperfeita. O imperfeito não pode revelar o perfeito na sua perfeição. Por esta razão Deus não podia se revelar ao mundo por meio de um homem. Era necessária uma pessoa perfeita, que conhecesse perfeitamente o Pai e o revelasse. Só Jesus Cristo tinha estas condições. Ele era o Filho perfeito e conhecia o Pai. *"Ninguém conhece o Pai senão o Filho"* - isto é, na sua perfeição - *"e aquele a quem o Filho o quiser revelar"* (Lucas 10.22). O autor da Carta aos Hebreus, tratando do *atonement*, diz que *"Ele é o resplendor da sua glória e a expressa imagem do seu ser"* (Hebreus 1.3). A base da sua essência (de Jesus Cristo), se assim podemos dizer, é a mesma que a do Pai, é o que reproduz a sua imagem. Há outra passagem bíblica que diz: *"... aprouve a Deus que nele habitasse toda a plenitude ..."* (plena deidade) (Colossenses 1.19). Todos os atributos de Deus estavam nele. *"Nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade"* (Colossenses 2.9). Jesus Cristo é representado como *"igual a Deus"*, a *"imagem de Deus"*. Aquilo que Deus é em si foi revelado em Cristo. Ele era o Verbo, a expressão de Deus que veio habitar entre os homens para ser, como disse João: *"... o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplamos ..."* (1 João 1.1).

A revelação da personalidade de Deus aos homens, que são personalidades, somente podia ser realizada por meio de uma personalidade e por meio de relações pessoais. Este fato é importante na natureza de seres espirituais, e aqui acha-se a necessidade da vinda de Jesus Cristo ao mundo. É possível revelar muitas coisas por meio de informações, mas o conhecimento de

um caráter só pode ser transmitido por meio da vida, isto é, por meio de revelações pessoais. O caráter de Deus não podia ser conhecido sem ser exemplificado perante os homens por meio de vida. Na extensão do reino de Deus, este processo é o único que não falha. Os homens precisam ver as “*boas obras*”, a fim de “*glorificar a Deus*” (Mateus 5.16). Foi isto o que Jesus Cristo fez. Ele apresentou aos homens a revelação do Pai, por meio da vida perfeita e do exemplo.

Qual foi a revelação de Jesus Cristo? Ele não destruiu nem abandonou a revelação já existente. O que houve de valor permanente, ainda que fosse imperfeito, foi completado por Jesus Cristo. Ele incluiu em si toda a revelação. As figuras proféticas realizaram o seu fim em Jesus Cristo. O conhecimento moral e espiritual do Antigo Testamento foi aperfeiçoado por Jesus Cristo. Quanto à natureza de Deus, ele revelou que “*Deus é espírito*” (João 4.24) e que a sua adoração deve ser espiritual, isto é, um ato do espírito e não do físico, que depende de lugares e cerimônias. A vida cristã consiste em relações espirituais com Deus: “*Andar com ele ... Estar nele*” (Gênesis 17.1; João 15.7). Esta compreensão já existia entre os profetas, porém incompleta. Jesus Cristo a completou. Ele ensinou também a unidade de Deus: “*Eu e o Pai somos um*” (João 10.30). Uma das revelações mais ricas de Jesus Cristo foi a paternidade de Deus. A sua relação com as criaturas é paternal. Em relação à providência, ele é o “*nosso Pai celestial*”. Para os crentes, a paternidade de Deus tem uma significação especial. Há uma filiação particular por meio de Jesus Cristo para os que se “*tornam filhos de Deus*”. João viu em Jesus Cristo que “*Deus é luz*” (1 João 1.5) quanto ao seu caráter. Deus é puro; nele não há trevas nenhuma. O que ele faz é conforme as exigências da sua natureza e caráter. O seu modo de tratar as criaturas e justiça e ele não pode fazer acepção de pessoas.

Por meio desta revelação, o homem pode conhecer o seu próprio pecado, que é contra a Lei e ao mesmo tempo contra a natureza de Deus. E quão terrível é este estado! A natureza de

Deus condena o pecado. Sem esta revelação que Jesus Cristo trouxe do Pai, o homem não podia ver a grandeza da sua culpa perante Deus. Jesus Cristo não veio revelar o pecado. Nele não havia pecado. Mas o homem compreendeu o pecado quando conheceu a Deus, e a condenação que pesava sobre o pecador, como também a condição terrível que o espera. Jesus Cristo revelou também que Deus é amor e tem misericórdia dos homens perdidos. *“Deus amou o mundo de tal maneira ... ”* (João 3.16). Jesus Cristo foi a prova deste amor. O seu sacrifício no Calvário era a expressão máxima do amor de Deus pelos pecadores. Sem o conhecimento de Deus, o *atonement* seria absolutamente impossível. Em Jesus Cristo o pecador podia ver o amor de Deus exemplificado naquilo que ele fez para salvação dos perdidos. Jesus Cristo veio enviado por Deus a fim de dar a sua vida para salvar da morte o pecador, e, assim, revelou o amor do Pai e o seu próprio amor pelos homens.

Em Jesus Cristo vemos o que o Pai é para a raça humana e qual a posição da raça humana perante ele. Jesus Cristo foi a revelação perfeita de Deus. Ele era igual ao Pai e rico em sua glória. *“Quem me viu a mim, viu o Pai”* (João 14.9), na sua plenitude de caráter e glória. A revelação de Jesus Cristo foi completa e final. No Antigo Testamento *“havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas”* - ação puntiforme, repetida – *“nestes últimos dias a nós nos falou pelo Filho”* (Hebreus 1.1,2) - de uma só vez, ação completa e definitiva para todos os tempos. A última palavra na revelação é o Filho.

Em Jesus Cristo a revelação foi perfeita, mas os homens não chegaram ainda a compreender tudo o que nele está revelado. O preparo para a revelação em Jesus Cristo levou milhares de anos; do mesmo modo, já passaram muitos séculos e os homens continuam sempre descobrindo coisas novas, cada vez maiores, na revelação de Deus dada de uma só vez em Jesus Cristo. Se conhecêssemos perfeitamente Jesus Cristo, conheceríamos

também perfeitamente o Pai. Sem conhecer Jesus Cristo, não podemos conhecer o Pai; ele é o caminho pelo qual chegamos ao Pai. *“Ninguém vem ao Pai, senão por mim”* (João 14.6).

Jesus Cristo era o único que poderia trazer aos homens uma revelação perfeita, o único por quem Deus podia se revelar. O homem não pode revelar o que é maior do que ele mesmo. No homem vê-se o que é o homem. Ainda que seja criado à imagem de Deus, é imperfeito e não pode revelar a perfeição divina. Por melhor que fossem os profetas e outros homens de Deus, mencionados nas Escrituras Sagradas, todos eram cheios de faltas, pecadores, imperfeitos, e podiam receber e transmitir apenas uma revelação relativa e não estavam em condições de revelar a natureza de Deus na sua glória e perfeição. Nada houve no Universo que pudesse revelar Deus de modo completo ao homem. Só Jesus Cristo, pela sua relação única e perfeita com o Pai, podia desempenhar essa missão. *“Ninguém conhece o Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar”* (Lucas 10.22). Jesus Cristo era o único, digno e apto para trazer ao mundo a revelação de Deus, o Pai.

Jesus Cristo revelou o Pai ao homem de acordo com as leis que regem a natureza moral e espiritual do homem. Ele tornou esta revelação uma força real na vida dos homens. O seu trabalho não era por meio de informação ou de maneira a apelar só ao intelecto, mas o seu método foi adaptado para atingir todos os poderes do homem. Jesus Cristo alcançou o intelecto, o sentimento e a vontade; todos os poderes pessoais foram tocados pela revelação que ele trouxe e que foi por meio da vida. A influência da vida de Jesus Cristo alcançava a personalidade dos homens, e assim garantiu os resultados necessários para o *atonement*. O homem, sendo livre, devia ser atraído a voltar ao Pai como um ser livre, sem ser prejudicado na sua liberdade. A obra de Jesus Cristo trouxe este resultado: o homem aceita a obra de Jesus Cristo voluntariamente e isto devido a eficácia da sua revelação.

O fim da revelação era alcançar a vida. *"E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, aquele que tu enviaste"* (João 17.3). *"Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim"* (João 14.6). Jesus Cristo é o caminho para os que querem alcançar o Pai. *"Quem tem o Filho tem a vida"* (1 João 5.12). Este era o propósito da revelação: trazer o homem ao conhecimento de Deus, a Deus mesmo. O homem devia experimentar o conhecimento de Deus. A revelação devia ser um poder para mover e atrair o homem a Deus, a fim de ter a vida. Jesus Cristo efetuou a revelação de modo perfeito e realizou nela o propósito eterno de reconciliar o homem com o seu Criador. Aquilo que Deus é em si e em relação aos homens de todas as gerações e de todos os tempos está perfeitamente revelado em Jesus Cristo. *"Aprove a Deus que nele habitasse toda a plenitude"* (Colossenses 1.19). Não há necessidade de buscar ou esperar outra revelação além daquela que há em Cristo Jesus. *"Quem me viu a mim, viu ao Pai"* (João 14.9).

No *atonement*, na reconciliação do homem com Deus, esta revelação era de um valor total. O homem não podia conhecer o seu estado perante Deus sem conhecer a sua natureza. Quanto mais o homem conhece Deus, tanto mais conhece a si mesmo e o seu pecado. Quanto mais perto da luz, tanto mais aparecem as coisas que a luz condena. O conhecimento de Deus e do pecado foi uma preparação para o arrependimento. O homem, conhecendo a santidade de Deus, vê a sua própria culpabilidade e o castigo que merece. Também o homem, vendo que Deus não o tratou conforme os méritos, mas deu o seu Filho para salvá-lo, reconhece que isto é uma prova de grande amor para com ele. Este fato, por parte de Deus, comove e atrai.

A revelação de Jesus Cristo era necessária para o Pai, a fim de tornar-se conhecido pelos homens e para poder realizar a reconciliação por intermédio de seu Filho. Os homens necessitavam da revelação em Jesus Cristo para reconhecerem o

seu estado pecaminoso perante Deus. Eles deviam conhecer que *"Deus é luz, e nele não há trevas nenhuma"* (1 João 1.5). Sem se conhecer a luz, não se pode compreender as trevas. Deus é luz, e o homem, para ter comunhão com ele, não pode andar em trevas. A natureza do homem exigia que a revelação fosse tal qual Jesus Cristo realizou. Não podia ser de outro modo por causa da sua natureza estabelecida pelo próprio Criador. O homem não estava consciente da necessidade da revelação nem do modo pelo qual podia ser satisfeita, mas nem por isso deixou de ser uma necessidade. Jesus Cristo, o Criador da natureza humana, agiu conforme as necessidades da mesma. A revelação do Pai à raça humana era também uma necessidade para Jesus Cristo. Ele, sendo o Senhor e o ideal da raça humana, e sendo dela membro, não podia deixar de buscar *"o que se havia perdido"* a fim de salvá-lo. A revelação do Pai aos homens fazia parte da obra da salvação, era uma necessidade mútua. Não era uma obrigação ou limitação da liberdade para o Filho ou para o Pai. Estas relações foram estabelecidas desde a eternidade e cumpridas voluntariamente. Que liberdade maravilhosa! Jesus Cristo era o único que podia dar à raça humana decaída o conhecimento do Pai e o único capaz de mediar entre os dois, a fim de realizar o seu plano eterno.

2. Jesus Cristo Cumpriu a Lei

O segundo passo de Jesus Cristo para a realização do *atonement* foi o cumprimento da Lei dada por intermédio de Moisés. Esta foi uma necessidade na realização desta obra. Se quisermos compreender aquilo que Jesus Cristo fez para salvar o homem, não podemos deixar de estudar este assunto. Não podemos discuti-lo na sua extensão; frisaremos somente o que tem relação com o *atonement*.

A Lei de que falamos é aquela que Deus deu ao povo de Israel por intermédio de Moisés. Foram os Dez Mandamentos, as ordenanças e instituições do Antigo Testamento, como também as

profecias. Tudo aquilo foi uma preparação para Jesus Cristo. A Lei dividia-se em duas partes: a Lei Moral ou os Dez Mandamentos, e a Lei Cerimonial. A Lei toda era uma revelação de Deus, da sua vontade e daquilo que os homens deveriam ser no seu viver. As cerimônias, ou ritos, tinham uma significação profética e apontavam para Jesus Cristo, que havia de vir. Por intermédio da Lei, Deus ensinou ao povo de Israel certas verdades ou fatos que haviam de se cumprir em Jesus Cristo. Os sacrifícios significavam que o pecado não podia ser expiado sem uma substituição e apontavam para o "*Cordeiro de Deus*". A santidade foi ensinada por meio da purificação e na separação de objetos exclusivamente para o uso no culto a Deus. A justiça foi ensinada pela aplicação de castigo pelas transgressões da Lei. Durante a dispensação dos profetas, a Lei foi compreendida melhor na sua significação espiritual.

Os objetivos da Lei foram diversos. Ela foi uma revelação elementar e parcial daquilo que Deus quer que os homens sejam em si e nas suas relações. O fim da Lei era conseguir certa norma de vida e de conduta por parte dos homens. Este foi o objetivo da Lei Moral: mostrar as obrigações do homem para com Deus, para consigo mesmo e para com o próximo. Era a Lei da vida. A Lei Cerimonial, que existiu durante o Antigo Testamento, era a revelação exemplificada daquilo que era necessário para a remissão dos pecados. Os sacrifícios, com as suas cerimônias definidas, sacerdotes, com as suas atribuições indicadas por Deus; o templo, com as suas divisões; os deveres do povo nos atos religiosos; tudo era um preparo para se compreender a razão de ser do *atonement*, para que se pudesse aceitá-la. A Lei Cerimonial, os sacrifícios, os ritos e todo o sistema do Antigo Testamento eram imperfeitos, provisórios, e não satisfizeram o povo. A repetição dos sacrifícios era a prova disso. As coisas imperfeitas despertaram o desejo pelas perfeitas e as que satisfazem. A Lei do Antigo Testamento inclui também as profecias. Jesus Cristo era o centro das profecias e o seu ideal predito. A vinda de Jesus Cristo satisfez as profecias. Estas eram predições e anúncios, e quando

veio o anunciado, foram cumpridas quanto à parte messiânica.

Outro objetivo da Lei era proporcionar aos homens o conhecimento da justiça, o sentimento do bem e do mal. Os castigos da Lei, aplicados pelas transgressões, eram provas de quanto Deus odeia aquilo que proíbe na Lei. A intensidade do castigo indicava o grau da atitude de Deus contra as transgressões. Por meio da Lei, Deus ensinou ao povo a noção do dever, da justiça, e mostrou também o seu zelo pelo cumprimento da sua vontade por parte dos homens, como também a sua atitude para com a desobediência.

Estes eram os objetivos da Lei, mas os homens não podiam realiza-los todos. Os homens falharam por causa da sua natureza pecaminosa, e não realizaram o ideal de vida visado na Lei. A Lei não falhou, mas os homens fracassaram. O pecador não podia deixar de produzir atos pecaminosos por causa da sua natureza pecaminosa. A Lei proibia os atos maus, mas não ajudava o homem a evitá-los e assim alcançar os objetivos que ela visava. A Lei não matava o desejo para o mal, ela se apresentava só depois do ato, não para justificar o culpado, mas para condená-lo. A Lei despertava a consciência e tornava o estado do culpado terrível, porque ele reconhecia o seu mal e as suas consequências. Quanto mais o homem queria libertar-se do pecado, tanto mais sentia sobre si a acusação da Lei. Ele, por si, não podia livrar-se desse estado, e a Lei fazia-lhe sentir, na consciência, a sua força e a culpabilidade pelos atos praticados. Esta foi a experiência do apóstolo Paulo. Quanto mais buscava salvar-se pela Lei, tanto mais afastado se via da salvação e mais perto da condenação, até perder a esperança por completo de se salvar pelo cumprimento da Lei. A Lei revelava a justiça, a culpabilidade, a necessidade de salvação, e tirava do homem a esperança de salvação pelos próprios esforços ou méritos. Em vez de produzir no homem o ideal de vida nela visado, a Lei o afastava cada vez mais desse ideal. A falha não era da Lei, mas do homem. A Lei era boa, santa e justa para a vida. A Lei foi um ensino para os homens não

dependessem de si mesmos para a sua salvação, mas da graça de Deus. A Lei conduzia o homem a Jesus Cristo. Esta foi a sua missão final.

Os homens falharam em alcançar os objetivos da Lei, mas esta não podia ficar sem ser cumprida, porque era boa, justa, santa e divina. Ela foi dada para ser cumprida e para produzir o ideal de vida visado por ela mesma. Os homens não alcançaram este objetivo, e experimentaram resultados contrários. O ideal da vida ficou longe de ser executado, e eles foram preparados para receberem a graça de Deus. Mas, o propósito de realizar uma vida ou conduta visada na Lei não podia falhar. A Lei de Deus não pode falhar. Se os homens não puderam cumpri-la, alguém tinha de fazê-lo em seu lugar. As Escrituras Sagradas dizem que Jesus veio cumprir a Lei. O seu propósito não foi ab-rogar o que estava estabelecido, mas realizar o seu objetivo. Ele cumpriu a Lei realizando o fim para o qual foi dada. Jesus Cristo nasceu debaixo da Lei como qualquer homem. Seus pais, humanamente falando, observaram rigorosamente os princípios da Lei. Eles cumpriram *"tudo conforme a Lei de Moisés"*. Jesus Cristo, durante a sua vida, cumpriu em tudo as condições da Lei. Quando curou os leprosos, enviou-os a se mostrarem ao sacerdote *"conforme Moisés ordenou"* (Mateus 8.4). Ele subiu às festas em Jerusalém; observava as ordenanças, exceto os sacrifícios pelos pecados; e cumpriu *"toda a justiça"*. Jesus Cristo era servo da Lei e a observou em tudo. Devemos notar que ele cumpriu a Lei de Deus dada por Moisés, mas não as tradições fanáticas dos judeus. Este foi o motivo das perseguições que surgiram contra ele. O principal cumprimento da Lei não foi a observação das cerimônias, mas dos princípios da Lei Moral. Jesus Cristo preencheu a significação das cerimônias. Ele mesmo era o cumprimento das suas profecias. A sua obra não consistiu na observação das cerimônias para realizar o que elas apontavam. Ele cumpriu a Lei Moral. Na sua vida Jesus Cristo alcançou o objetivo, o ideal de vida visado na Lei Moral. Nenhum homem o fez. Jesus Cristo foi o único em cuja vida foi realizado o ideal de conduta que a Lei determinava. O seu caráter

era o que a Lei exigia. Jesus Cristo venceu as tentações na sua conduta, nas suas relações com os homens e com o Pai, cumprindo aquilo que a Lei exigia. Em relação às profecias, ele cumpriu também as predições messiânicas e satisfaz o ideal que elas traçaram.

Jesus Cristo não só cumpriu na sua vida a Lei, mas também a completou. Nos seus ensinamentos ele incluiu tudo o que havia na Lei de valor permanente, de maneira que nada se perdeu. A Lei dada por Moisés contém os mandamentos de Deus, proibindo certos atos e ordenando outros. A Lei não cogitava de prevenir ou evitar atos maus, as transgressões, nem dos motivos que levavam o homem a violá-la. Ela agia apenas quando o ato estava consumado e condenava o culpado. Nos seus ensinamentos, Jesus Cristo tratou de arrancar a raiz do mal a fim de que a árvore não desse mais frutos maus, enquanto a Lei só trata dos frutos, deixando a árvore intacta. Jesus Cristo cortou os motivos dos atos. Ele condenou até as más atitudes de um para com outro e o desejo de praticar o mal. Assim cortou a possibilidade dos atos, que são o resultado dos desejos. Jesus Cristo tornou a Lei espiritual, colocando-a no coração, e não a deixou em tabuas de pedra, fora do indivíduo, o que era o cumprimento da profecia de Jeremias.

Jesus Cristo combateu as causas que produzem os maus efeitos. Cumprindo-se os ensinamentos de Jesus Cristo, a Lei Moral do Antigo Testamento também é cumprida. Muito mais do que isto, Jesus Cristo deu novo motivo para o cumprimento da Lei. Amor, para ele, era o motivo principal - a essência da Lei. Ele resumiu toda a Lei em: *"Amarás ao Senhor teu Deus e ao teu próximo"* (Mateus 22.37-40). O amor era o cumprimento da Lei do Antigo Testamento. Quem cumpre os ensinamentos de Jesus Cristo, cumpre mais do que os judeus na antiga dispensação. A Lei era a base, o arcabouço para os ensinamentos de Jesus Cristo.

Jesus Cristo não só cumpriu a Lei, incluindo-a nos seus ensinamentos e aperfeiçoando-a, mas também habilitou os seus seguidores para cumpri-la, não como tal, mas muito mais e por motivos maiores.

O motivo que sempre predomina quando a Lei é cumprida como tal, é o modo do castigo que vem pela desobediência, mas Jesus Cristo apresentou novo motivo para o cumprimento da Lei – o amor. Quem cumpre a Lei por amor faz muito mais do que aquele que a cumpre por medo.

Vejamos que importância tem no *atonement* o fato de que Jesus Cristo cumpriu a Lei. Já ficou dito que a Lei devia ser cumprida por ser divina, e como tal não podia falhar; o velho devia ser cumprido, e o novo devia ser estabelecido. Mas isso não foi tudo, ainda que seja verdade. Há outros motivos mais relacionados com o *atonement*. No cumprimento da Lei temos também o preparo de Jesus Cristo para a sua obra. O cumprimento da Lei era uma necessidade de Jesus Cristo. Ele devia viver entre os homens e submeter-se à Lei, como o fez. Jesus Cristo não podia vir de repente, aparecer de um dia para o outro e morrer pelos pecados dos homens. Tudo o que ele fez tinha razão de ser.

Como ficou dito, a Lei de Moisés habilitou o homem para conhecer a justiça. A Lei era o aferidor da justiça. Os homens que cumpriram o máximo da Lei eram considerados justos. Aqueles que não obedeceram à Lei eram considerados injustos, e castigados conforme as prescrições da mesma. O cumpridor da Lei era considerado justo e livre de qualquer castigo. Para efetuar o *atonement*, Jesus Cristo devia ser considerado justo, reconhecido como tal pelos homens. Isto os homens podiam saber apenas observando a vida de Jesus Cristo conforme o padrão de justiça revelado na Lei. Jesus Cristo não podia apresentar-se aos homens e declarar-se justo e sem pecado. A vida de Jesus Cristo era, em si, uma obediência à Lei de Deus, e, pela convivência com os homens, ele foi reconhecido como cumpridor da Lei e justo. A noção que os judeus possuíam da justiça tinha por base o cumprimento da Lei, e pelo cumprimento da Lei era que Jesus Cristo podia revelar-se a eles como justo. Os judeus, pela Lei, não podiam achar culpa em Jesus Cristo. Pilatos declarou que ele era justo. Pela Lei, Jesus Cristo estava livre de qualquer castigo. Ele mesmo declarou aos judeus: “*Quem dentre vós me convence de*

pecado?" (João 8.46). Assim, despertou a atenção deles para o fato de que ele era justo. Mais tarde, os apóstolos declararam, repetidas vezes, que "*O Justo morreu pelos injustos*" voluntariamente, porque ele "*deu a sua vida*" (1 Pedro 3.18). Todos reconheciam que Jesus Cristo era justo e, como tal, não tinha necessidade de morrer.

Jesus Cristo, sendo justo, nunca ofereceu sacrifícios pelos pecados, porque não tinha pecado. O sumo sacerdote devia oferecer sacrifícios pelos seus próprios pecados e então pelos do povo. Jesus Cristo, no *atonement*, agiu pelo povo como Sumo Sacerdote que não tinha pecado e, como tal, podia realizar a obra perfeita, porque ele era perfeito. Os sacerdotes escolhidos entre os homens não podiam oferecer sacrifícios perfeitos. No sacrifício de si mesmo Jesus Cristo cumpriu a Lei, de modo perfeito e de uma vez para sempre. Ele, sendo apontado por Deus, e perfeito, cumpriu a Lei, apresentando um sacrifício que satisfez a Lei por todos e para todos os tempos.

A justiça de Jesus Cristo, provada por meio de sua vida perante os homens, era um preparo para que eles compreendessem a significação do seu sacrifício na cruz. Jesus Cristo, sendo reconhecido justo, também podia ser reconhecido como substituto voluntário dos pecadores, porque, pela Lei, estava livre do castigo. O apóstolo Paulo declarou que "*Cristo morreu a seu tempo pelos ímpios*" (Romanos 5.6).

A Lei trouxe aos homens o conhecimento do pecado, e o cumprimento da Lei por Jesus Cristo, aqui no mundo, era uma necessidade na realização do *atonement*. Somente um justo podia agir pelos pecadores e fazer uma obra aceitável. Jesus Cristo cumpriu a Lei em todos os sentidos, a fim de preparar os homens para o *atonement*. Também a própria morte de Jesus Cristo era o cumprimento da Lei pelos pecadores. O cumprimento da Lei de Moisés foi um preparo para Jesus Cristo poder cumprir a Lei da justiça em lugar dos homens. A vida de Jesus Cristo aqui no mundo, os seus trabalhos, a sua morte, enfim, tudo o que ele fez para salvar os perdidos, era o cumprimento da Lei de Deus por

amor aos homens.

3. *Jesus Cristo Morreu Pelos Pecadores*

Temos examinado a revelação do Pai ao homem e o cumprimento da Lei, que são passos preparatórios de Jesus Cristo para o *atonement*, e agora chegamos ao ponto final do assunto, isto é, à própria realização da obra de Jesus Cristo, o problema máximo de todos os tempos - a reconciliação do homem com Deus. Aqui temos o único propósito na vida de Jesus Cristo e o auge da revelação de Deus. A pergunta é a seguinte: como foi que Jesus Cristo reconciliou o homem com Deus, e por que ele escolheu este caminho e não outro? Este é o assunto mais difícil que há, e ninguém pode sondar os mistérios daquilo que Jesus fez. O homem, limitado, não pode abranger os atos e métodos divinos, que são eternos e cujas causas estão baseadas na natureza divina. Na interpretação do *atonement* tem havido muitas opiniões e têm surgido teorias que não estão de acordo com o próprio fato. Aqui não vamos discutir as várias teorias, mas sim estudar o que Jesus Cristo fez. A razão de existirem diversas teorias a respeito do *atonement* acha-se no fato de que o assunto não é examinado de todos os pontos de vista. O *atonement* tem diversas fases e, para compreendê-lo, é preciso estudá-las todas. Examinemos o próprio fato do *atonement* e deixemos a discussão das teorias que não concordam com o fato.

Como já dissemos, a obra de Jesus Cristo é representada por diversas formas, cada qual tendo alguma parte da verdade, mas nenhuma destas formas exprime a verdade completa do fato. Nas Escrituras Sagradas, a obra de Jesus Cristo, o *atonement*, é expressa, na maioria das vezes, nestas palavras: “*Ele morreu pelos pecadores*”. Aí, Jesus Cristo é representado como o substituto da raça humana. Esta forma de representação baseia-se na relação de Jesus Cristo com a raça humana, já estudada. Vimos qual foi o direito que Jesus Cristo teve de agir e representar os homens na reconciliação com Deus, e também o direito em

relação ao Pai e à Lei Moral. Jesus Cristo agiu como representante dos homens. Em relação à Lei Moral, ele agiu como Legislador e Juiz da raça humana, a quem cabia o dever de aplicar o castigo aos culpados.

Pela relação com a raça humana, Jesus Cristo podia ser o seu representante e substituto. Ele foi o seu Criador, Senhor, Sustentador e Ideal, e, pela encarnação, identificou-se com a raça humana, tornando-se um membro ou participante dela. Esta relação era necessária para que ele pudesse morrer por todos. Jesus Cristo era Deus e homem. Como Deus, podia tomar o lado divino, e, como homem, podia representar o ser humano no ato da reconciliação. Jesus Cristo era o único que podia preencher estas condições necessárias.

Devemos compreender os motivos por que Jesus devia morrer e qual a necessidade do seu sofrimento. A morte de Jesus Cristo era motivada pela relação entre o pecado e a morte. "*O salário do pecado é a morte*" (Romanos 6.23). Desde o princípio reinou esta lei, que é uma expressão da natureza de Deus em oposição ao pecado. "*A alma que pecar, essa morrerá*" (Ezequiel 18.4,20). Essa, a sentença da Lei Moral, que é a expressão da natureza de Deus. Esta Lei é tão inviolável como a própria natureza de Deus. A morte é também um resultado do pecado, que é a separação de Deus, da fonte da vida. Um galho cortado do tronco tem de secar; assim, a alma separada de Deus tem de sofrer as consequências dessa separação. Jesus Cristo precisava tomar sobre si as consequências do pecado, porque eram inevitáveis para os pecadores cujo lugar ele tomou. Jesus Cristo devia morrer, porque o princípio pecado-morte estava operando na raça humana. O pecado era universal e também a morte; assim, o resultado do pecado era universal. A raça humana estava debaixo da morte, e Jesus Cristo veio liberta-la deste princípio operador. O princípio da lei do pecado-morte devia ser destruído pela lei da obediência-vida. Jesus Cristo, tendo tomado o lugar dos homens, tomou também sobre si as consequências dos seus pecados, para aniquilar o princípio pecado-morte.

Jesus Cristo devia sofrer para cumprir a Lei. Ele não só devia realizar o objetivo de conduta visado na Lei, mas também devia ter nele aplicado o castigo aos transgressores. O castigo para o culpado era uma exigência da Lei. Os culpados eram obrigados a se submeter às penas da Lei. Jesus Cristo, tendo tornado o lugar dos pecadores, tinha necessidade de sofrer o castigo que a Lei determinava para eles. Jesus Cristo, como substituto dos homens e ao mesmo tempo Juiz, precisava aplicar o castigo a si mesmo. Do contrário, a Lei deixaria de ser cumprida. Sendo Legislador e Juiz justo, era-lhe impossível abandonar a justiça. O motivo da morte de Jesus Cristo achava-se na natureza santa dele e mesmo do Pai, cujo antagonismo com o pecado estava expresso no castigo que a Lei determinava para os transgressores. Outro motivo da sua morte estava no seu grande amor para com os perdidos, que era o motivo principal ao qual os outros ficavam subordinados. A salvação dos pecadores exigia a morte substitutiva. Jesus Cristo não era obrigado a sofrer pelos pecadores, mas, por amor, ele tornou-se servo voluntário da Lei, cumprindo-a em si mesmo na morte de cruz e deixando salvos os que estavam condenados.

Para compreendermos o *atonement*, não basta saber que Jesus Cristo tomou o lugar dos homens e levou sobre si o castigo que pesava sobre eles. É neste ponto que muitas opiniões erradas têm se levantado sobre a significação da morte de Jesus Cristo. Devemos examinar as razões por que Jesus Cristo devia morrer. Se o *atonement* fosse apenas uma substituição, simplesmente o lugar do outro, não haveria justiça. A Lei diz: "*A alma que pecar, essa morrerá*". Sofrer inocentemente pelo culpado, ainda que voluntariamente, a fim de livrá-lo do castigo, não seria o cumprimento da justiça, porque a Lei determinava que o culpado mesmo sofresse e não outro em seu lugar. A morte de Jesus Cristo não é simplesmente transferência de castigo de um para outro. Nisto não consiste o *atonement*. A morte de Jesus Cristo não foi apenas para manter a honra e a justiça de Deus; não foi uma homenagem à Lei; não foi um martírio, nem ato de heroísmo; não foi uma exibição perante os homens do que é o castigo do pecado,

a fim de estimulá-los a se arrependerem do mal. Se fosse isto, seria uma representação do castigo e não o cumprimento da justiça. A morte de Jesus Cristo foi a demonstração de quão terrível é o castigo do pecado, mas este não é o fim em vista. Algumas opiniões mencionadas tem uma parte de verdade, mas nenhuma justifica a necessidade da morte de Jesus Cristo em lugar dos pecadores. A pergunta é: Por que Jesus Cristo precisava morrer para salvar os pecadores? Qual foi a necessidade e qual a verdadeira significação do sofrimento de Jesus Cristo? Muitas vezes, dizemos que o pecador deve sofrer o castigo, mas, qual a razão disto e qual a relação do sofrimento com a culpa?

A Lei divina declara que o culpado deve sofrer por causa dos seus pecados e a consciência do homem sanciona isto. Aquele que estabelece uma lei é obrigado a respeitá-la e a castigar os transgressores; do contrário ele não é justo e não cumpre com a palavra. A lei é a expressão da verdade e representa o legislador. Qualquer transgressão da lei é um ato contra o próprio legislador e é uma ofensa à sua personalidade; o seu dever moral é punir o culpado. A Lei divina não só representa a vontade de Deus, mas também a sua personalidade, e estabelece o castigo para os transgressores. O castigo é a expressão do zelo do legislador pela conservação da sua integridade moral e antagonismo com qualquer um que se manifeste contra a lei, o que é também ofensa contra a sua personalidade. Quem não castiga os transgressores da lei que estabeleceu, não zela por si mesmo e demonstra-se conivente com a transgressão. As ofensas morais não podem ser deixadas sem castigo. O homem pode deixar de receber uma dívida em dinheiro, mas não pode deixar passar as ofensas morais contra a sua personalidade sem castigar o culpado ou protestar e fazer tudo para que a sua honra seja mantida. O estado pecaminoso é uma falta espiritual e moral contra Deus; não só contra a sua Lei, mas também contra a sua personalidade. Davi, reconhecendo este fato, exclamou: "*Contra ti, contra ti somente, pequei*" (Salmos 51.4). Ele não se referiu à Lei, mas à personalidade de Deus. Se as culpas morais não podem ser

relegadas, não podia deixar de castigar os homens ou aquele que tomasse o seu lugar. Isto não é um ato da vontade, mas da personalidade. E Deus não pode deixar de respeitar a sua personalidade. Qualquer desvio da Lei seria uma injustiça contra si mesmo. Castigar o culpado, portanto, era um dever divino motivado não só pela vontade, mas pela própria santidade de Deus. Era uma obrigação moral de Deus colocar sobre Jesus Cristo o castigo da raça humana e uma obrigação moral por parte de Jesus Cristo sofrer o castigo, desde que se tornou substituto da raça humana. A aplicação do castigo devia ser um ato divino e não humano, para ser de acordo com a extensão da culpa. O castigo, para ser proporcional e justo, deve ser de acordo com a grandeza da personalidade ofendida. O castigo que Jesus Cristo sofreu foi o maior que a humanidade tem visto. A crucificação romana era o castigo mais terrível de todos os tempos, e foi este o castigo que Jesus Cristo sofreu. O pecado da raça humana era infinitamente grande porque a personalidade ofendida era infinita. A aplicação do castigo devia ser na mesma relação, e aquele que tomasse sobre si o castigo deveria ser uma pessoa infinita, do contrário não faria uma obra infinita e satisfatória. Jesus Cristo era a personalidade em condições para semelhante tarefa.

Jesus Cristo tinha necessidade de sofrer para cumprir esta obrigação moral. Deus devia cumprir a justiça de acordo com a sua própria Lei e condenar o pecado em Jesus Cristo. Ele morreu como pecador, sofrendo o castigo real que pesava sobre a raça humana. Esta é a razão por que se diz nas Escrituras Sagradas que *Jesus Cristo tornou-se maldição por nós*, isto é, ele tomou sobre si a maldição que pesava sobre a raça humana pecaminosa. No *atonement*, o sofrimento de Jesus Cristo era uma necessidade para ele mesmo, para o Pai e para a raça humana. Os dois primeiros, para "*serem justos*"; a última, para "*ser justificada*".

O motivo por que Jesus Cristo devia sofrer foi uma necessidade e obrigação moral, mas não impostas sobre ele, porém aceitas voluntariamente para poder salvar os pecadores. Mas isto ainda não nos satisfaz. Não sabemos ainda como Jesus Cristo pode agir

deste modo e ser justo, tomando sobre si o castigo dos homens. Vimos que as culpas morais deviam ser aplicadas justamente aos culpados, e como então podia haver justiça no fato de um justo sofrer e o culpado ficar livre? Castigar um inocente seria uma tirania, e deixar o culpado livre seria uma injustiça, porque a Lei diz: *"a alma que pecar, essa morrerá"*. Como poderia Jesus Cristo, o Legislador, mudar a Lei, deixando de aplicar o castigo aos culpados e tomando-o sobre si? Não haveria aqui violação da Lei divina? Não. Para compreendermos este ponto vital, devemos examinar o propósito na punição. Qual é o fim em vista na aplicação do sofrimento? O castigo não se aplica para fortalecer a Lei, ou mostrar ressentimentos; isto seria uma perseguição. O castigo não é um meio para evitar que outros pratiquem os mesmos atos que o culpado praticou. O castigo é aplicado pelos pecados praticados. O fim do castigo não é causar sofrimento ou manifestar indignação ou zelo pela honra própria. O motivo do castigo não é físico, mas moral, e vai muito além de causar simplesmente sofrimentos. Quem aplica apenas sofrimento no castigar o culpado não alcançou ainda o objetivo principal do castigo. O objetivo principal é fazer com que o culpado reconheça o seu pecado, a justiça, sinta-se merecedor da punição e sofra com amor, sentindo no castigo não uma perseguição ou vingança, mas um ato de justiça, de amor e cumprimento de um dever sagrado. A punição que não realiza esta atitude de reconhecimento e humildade moral no culpado, não alcança o seu verdadeiro objetivo. Se o culpado, sofrendo, não reconhece como merecida a justiça que lhe é aplicada, pode morrer no castigo, mas não será castigado, mas apenas martirizado. O fim do castigo é, pois, conseguir o resultado moral mencionado.

A raça humana pecadora estava condenada à morte eterna, em virtude das ofensas contra a personalidade de Deus, que não podiam ficar sem o justo castigo. A aplicação do castigo traria aos culpados uma punição infinita, porque as ofensas eram infinitas, e não haveria mais esperança de salvação, mas de sofrimento eterno. Para salvar os homens dessa condição, alguém deveria não só

tomar o lugar dos condenados, mas também produzir neles, de qualquer modo, o efeito visado numa punição justa. Aqui está o problema que Jesus Cristo resolveu, a necessidade infinita, que satisfaz. Perguntemos: de que modo?

Jesus Cristo, como Legislador, não estava debaixo da Lei, mas era o seu Senhor. Ele era responsável pelos fins morais e espirituais visados na aplicação do castigo aos transgressores, conforme a Lei. Ele podia aplicar o castigo como quisesse, não deixando de satisfazer a Lei e de alcançar os resultados necessários. Qualquer elemento aplicado pelo ofendido, que tenha o mesmo valor moral, é uma punição e um castigo suficientes. Foi o que Jesus Cristo fez. Na sua infinita sabedoria, escolheu, em vez de aplicar o castigo da Lei, da justiça à raça humana, identificar-se com a raça humana e tomar sobre si o seu castigo. Pela influência deste ato de *amor, que excede todo o entendimento*, produziu nos homens os resultados visados na punição de que eram merecedores. A morte de Jesus Cristo produz nos homens o reconhecimento do pecado, da justiça e do amor do Pai, manifestado em Jesus Cristo, por não aplicar o castigo a eles, mas ao seu próprio Filho. A influência da morte de Jesus Cristo toca profundamente na consciência do culpado, e este fica atraído por um ato tão extraordinário! A morte de Jesus Cristo é a base para produzir nos homens o reconhecimento do pecado, humilhação, amor, submissão e obediência a Deus, que são os resultados visados na punição dos culpados.

Jesus Cristo, pela sua morte, alcançou estes resultados, e ainda muito maiores do que esses seriam possíveis na aplicação do castigo aos culpados. O culpado, se sofre a punição, submetendo-se constrangido à justiça da Lei por não poder escapar, pode reconhecer os seus crimes, mas nunca realizara ou sentira em seu coração amor por aquele que lhe aplica o castigo. A aplicação da justiça não alcança tanto resultado nos culpados. Jesus Cristo conseguiu, pela sua morte, estes resultados, vindos voluntariamente e pelo amor que a sua obra desperta nos pecadores. O propósito da Lei da justiça, em aplicar o castigo aos

transgressores, neles foi realizado pela morte de Jesus Cristo e de modo muito mais glorioso. Os culpados, por quem Jesus Cristo morreu, realizam em si os efeitos do castigo da Lei, de livre vontade. Eles reconhecem os seus pecados e a justiça, mudam de atitude, obedecem voluntariamente e até se sacrificam por aquele que morreu para sua salvação. A Lei foi exaltada e recebeu homenagem infinitamente maior. A Lei foi cumprida, a justiça aplicada e o culpado salvo! Esta foi a obra de Jesus Cristo; maravilhosa, e que não pode ser descrita ou explicada de modo perfeito por aqueles em cujo favor foi realizada. O seu poder, a sua influência na vida dos homens é maior do que qualquer outra força que possa atuar sobre eles. A raça humana, desde o seu começo, esperava a resolução do problema da salvação que foi prometida desde que o pecado entrou no mundo. Jesus Cristo, o próprio Legislador, o resolveu de modo tão maravilhoso. Ele identificou-se com a raça humana e satisfez em si mesmo as exigências da Lei santa, que não podia ser violada, e ofereceu liberdade aos homens condenados eternamente.

4. Jesus Cristo Aniquilou o Princípio Pecado-Morte

Na morte de Jesus Cristo, o *atonement* não ficou completo. Faltou ainda o aniquilamento do princípio pecado-morte, debaixo de cuja operação se achavam os homens. Para salvar os pecadores, era necessário desfazer este princípio. A morte de Jesus Cristo não teria valor se o princípio continuasse reinando na raça humana. Falando da morte, não nos referimos à morte física, que é uma necessidade e bênção, mas à morte espiritual, à separação de Deus, que é a Fonte da vida. O princípio que reinava era de separação de Deus. O pecador foge e afasta-se de Deus. Esta é a operação do princípio pecado-morte. E Jesus Cristo o desfez. Não podemos explicar completamente a sua obra, porque é mistério além do nosso alcance; vamos apenas abordar o assunto e penetrar

num cantinho deste terreno infinitamente vasto e insondável, a fim de obter uma noção daquilo que Jesus Cristo fez para salvar os perdidos.

O princípio pecado-morte estava operando na raça humana inteira. Esta operação era o lado negativo da Lei e uma expressão da natureza de Deus. O lado que ligava o homem a Deus era a Lei. Esta era a determinante das relações que deviam existir entre a criatura e o seu Criador. A criatura deveria obedecer voluntariamente à vontade do Criador a fim de que houvesse comunhão entre os dois. Isto significava vida para o homem. Toda a obediência à Lei de Deus, quer positiva ou negativamente, é para o bem-estar do homem, é vida para ele. O homem, em lugar de obedecer à Lei de Deus e ficar ligado à Fonte da vida, desobedeceu e afastou-se de Deus. Não se pode explicar como isto podia acontecer. O resultado foi a separação de Deus, o abandono do princípio obediência-vida, e o outro princípio, o pecado-morte, começou a operar e, como todos pecassem, estavam sujeitos ao poder deste princípio.

Para a salvação da raça humana era necessário desviar o seu castigo, a punição por violar a Lei de Deus e ofender a sua personalidade, destruindo o princípio que trouxe a morte. A Lei que Deus deu por meio de Moisés não podia aniquilar este princípio. A Lei foi dada para vida; se o homem pudesse cumpri-la, viveria. Mas a Lei, pela fraqueza do homem, ainda que fosse para vida, foi para a morte. O homem não podia cumprir a Lei e aniquilar o princípio pecado-morte, pois estava debaixo da operação da morte. A Lei não podia salvar, justificar e desviar a ação do princípio pecado-morte. Ela trouxe efeitos contrários. Pela Lei o homem reconheceu mais claramente a operação do princípio pecado-morte. O sentimento de culpabilidade cresceu nele na proporção do conhecimento da Lei. Ele viu-se condenado, entregue ao princípio pecado-morte; quanto mais se esforçava para se libertar, tanto mais sentia a sua culpa. Não havia nenhum recurso entre os homens que pudesse livra-los deste princípio e encaminha-los novamente para a vida. Para salvar os homens era

necessário aniquilar o princípio pecado-morte.

O princípio pecado-morte devia ser desfeito pela operação do outro princípio, que era o da obediência-vida. O efeito da desobediência devia ser destruído pelo da obediência. O motivo disto baseia-se na relação que há entre estes dois princípios: obediência e desobediência, o princípio do bem e do mal, o princípio da vida e da morte. Ambos são expressões e resultado da atitude assumida em relação à Lei de Deus. Quando o homem obedece e faz o bem, isto lhe traz vida; quando desobedece e faz o mal, isto lhe traz morte. Estes dois princípios nunca podem operar juntos. A operação de um aniquila a do outro. Esta é uma grande verdade ainda pouco conhecida. Paulo diz que devemos vencer o mal com o bem. O bem é uma força que aniquila o mal. A mansidão aplaca a ira. Em todos os casos semelhantes está demonstrada esta verdade. "*Deus amou o mundo*" para poder vencer e ganhar os homens que estavam no pecado e na inimizade com ele. Deus está vencendo o mal por meio do amor. Jesus Cristo seguiu o mesmo método, usou a mesma arma contra o mal - o amor - e Paulo ensinou que devemos amar os inimigos e, assim, amontoar brasas sobre a sua cabeça. O bem queima o mal, o amor vence o ódio e consegue amizade. O mal não resiste ao bem. Não se pode explicar esta verdade misteriosa, mas é um fato que pode ser experimentado na vida, com resultados garantidos. O efeito da obediência destrói o da desobediência. Aqui está o único poder que destrói os efeitos da desobediência. Se o homem pudesse passar da desobediência para a obediência, salvar-se-ia por si mesmo. Mas ele estava sujeito ao princípio pecado-morte. Não podia sair desta situação e passar para o princípio obediência-vida e destruir o poder do pecado sobre si. O homem, ainda que quisesse, era incapaz de aplicar este único recurso e, por isso, continuava sujeito à operação do princípio pecado-morte. O homem, ainda que quisesse fazer o bem, praticava o mal. Era necessário um auxílio de fora que o libertasse do poder deste princípio.

No *atonement* está a solução do problema. Jesus Cristo, o Filho

de Deus, estando livre do princípio pecado-morte e dentro do princípio obediência-vida, podia agir em favor dos homens e ajuda-los no que não podiam fazer. Foi isto o que ele fez. Ele obedeceu em lugar dos homens. Ele não estava debaixo do princípio pecado-morte e tinha poder sobre ele. A vida é mais poderosa do que a morte. *“A morte foi tragada na vitoria”*, afirma o apóstolo em 1 Coríntios 15.54. Nesta base temos a esperança da vitória. Jesus Cristo, sendo o representante da raça humana, obedeceu em lugar dela. Ele, como disse Paulo, *“esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, tornando-se semelhante aos homens; e, achado na forma de homem, humilhou-se a si mesmo, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz”* (Filipenses 2.7,8). Jesus Cristo, pela sua obediência à Lei, em favor dos homens, estabeleceu a operação do princípio obediência-vida e tornou-se a sua aplicação a todos.

Para realizar isto, Jesus Cristo precisava morrer. A sua obediência incluía a morte. A Lei diz que o *“salário do pecado é a morte”* e *“a alma que pecar, essa morrerá”* (Romanos 6.23 e Ezequiel 18.4 e 20). Jesus Cristo, tendo tomado o lugar dos homens e querendo obedecer à Lei, não podia evitar a morte. Era necessário deixar que o princípio pecado-morte operasse nele de uma vez, ficando assim desviado da raça humana o seu efeito. Por essa razão, ele entregou-se à morte. Este ato de Jesus Cristo foi voluntário, porque ele não estava debaixo do princípio pecado-morte. Ele estava livre da morte. Mas Jesus Cristo tomou o lugar dos homens e, tendo deixado operar em si o princípio pecado-morte, quebrou o seu poder ressuscitando-se dos mortos. O princípio pecado-morte foi vencido e o seu poder aniquilado de uma vez para sempre. O dia da ressurreição de Jesus Cristo é o dia da maior vitória, em que o Representante da raça humana quebrou o poder do princípio pecado-morte, cujo domínio tinha permanecido até então. Paulo diz aos Romanos que *“a lei do Espírito da vida te livrou da lei do pecado e da morte”* (Romanos 8.2). Jesus Cristo livrou a raça humana da lei do pecado-morte e estabeleceu a operação de obediência-vida. Os homens, unindo-se

pela fé com Jesus Cristo, ficam livres do princípio pecado-morte e passam para o da obediência-vida. Paulo diz que fomos libertados dos pecados e fomos feitos servos da justiça, e não devemos viver mais debaixo da lei do pecado (Romanos 6.18). A morte de Jesus Cristo era o único meio pelo qual seria possível aniquilar o princípio pecado-morte. Em todos os problemas da salvação dos pecadores, Jesus Cristo é a única solução.

Vemos, então, que Jesus Cristo devia aniquilar o princípio da morte e estabelecer a operação da lei da vida e também como ele o realizou. Devemos notar como a obra de Jesus Cristo se aplica ao homem e como alcança os resultados necessários. Este ponto valoriza as demais considerações e torna mais claro o assunto em geral. Os resultados, ou as consequências da obra de Jesus Cristo não transpassam e não abrangem a raça humana do mesmo modo como as consequências da queda de Adão e da operação da morte. O motivo disto acha-se no fato de que Adão era a raça humana. Sua queda era a queda da raça humana, e as suas consequências eram também da raça humana inteira. Jesus Cristo não era a raça humana, mas um da raça humana, pela identificação com a mesma. Era o seu representante, não escolhido por ela como tal, e, assim, agiu voluntariamente. Se a raça humana tivesse podido escolher o seu substituto, os resultados da obra de Cristo lhe pertenceriam. Mas isto não podia se realizar, porque o transgressor deve cumprir a lei e não tem o direito de solicitar substituição. Jesus Cristo morreu de livre vontade, por amor, em lugar da raça humana, sem que esta tivesse algum mérito. Sendo assim, cada indivíduo, para apropriar-se dos benefícios da morte de Jesus Cristo, deve agir voluntariamente e aceitar, pela fé, para si, aquilo que ele fez.

O conhecimento de Jesus Cristo e da sua morte deve chegar até ao pecador por qualquer meio, a fim de que ele possa aceitar a sua obra como uma substituição por ele. O homem, conhecendo a morte de Jesus Cristo, compreendera mais de perto o castigo pelos pecados. O sofrimento de Jesus Cristo na cruz foi uma expressão daquilo que cada pecador devia sofrer. Tudo isto constitui a base

de convencer o homem do seu pecado e do merecimento do castigo. O homem vê o castigo da Lei que pesava sobre ele, aplicado a Jesus Cristo. A morte de Jesus Cristo foi uma prova da justiça; do contrário, ele não iria sofrer. Estes fatos operam na vida do pecador o reconhecimento da sua condição e humilhação. Ainda mais, em Jesus Cristo ele vem conhecer o amor do Pai, que deseja a sua salvação. Em Jesus Cristo foi aplicado o castigo merecido pelo culpado, e o problema da sua salvação é resolvido, ainda que não o mereça. Aceitando o que Jesus Cristo fez, não há mais condenação para o pecador. Ele não sofre a pena eterna, porque Jesus Cristo fez tudo por ele. O amor e a gratidão buscam a sua expressão, e o homem está pronto a fazer tudo para agradar e obedecer ao que o libertou da condenação. No seu coração não reina mais a desobediência, mas a obediência motivada pelo amor. O princípio da desobediência, da separação e da morte, caiu, e o princípio da obediência começou a reinar. Esta transformação é o resultado da morte de Jesus Cristo, realizada pelo Espírito Santo, quando o pecador o aceita pela fé.

O homem, crendo na morte de Jesus Cristo, começa uma nova vida. Não teme mais a condenação futura, porque Jesus Cristo o liberta e lhe dá a certeza da vida eterna. Estando em relações com Jesus Cristo, o homem tem paz também para com o Pai e é feito seu filho. Daí para diante, Jesus Cristo, para o homem que crê na sua morte, é tudo. Ele pertence a Jesus Cristo! Ele está livre do princípio pecado-morte e está debaixo da obediência-vida, cujo resultado é a vida eterna em Jesus Cristo.

Capítulo 3

O QUE JESUS CRISTO CONTINUA SENDO

Acabamos de ver o que Jesus Cristo era nas suas diversas relações e como ele realizou o *atonement*, a reconciliação do homem com Deus. Agora, mencionaremos alguns resultados desta obra de Jesus Cristo em favor dos pecadores.

1. Base de uma Salvação Universal

Um dos resultados do *atonement* é que nele temos a base de uma salvação universal. A morte de Jesus Cristo foi para salvar a todos. Examinemos como é que ela pode ter uma aplicação universal. Diversos são os fatos que mostram que o *atonement* foi realizado para satisfazer uma necessidade universal.

O primeiro é a unidade da raça humana. Todos os homens vieram de um só casal. A humanidade é uma família da qual todos fazem parte. A raça humana é uma unidade. Paulo disse que Deus de *"um só fez todas as raças dos homens"* (Atos 17.26).

Outro fato que mostra que no *atonement* temos base de uma salvação universal é que toda a raça humana era de Jesus Cristo. Ele era o seu Criador. A raça humana toda pertencia a Jesus Cristo, porque *"tudo foi criado por ele e para ele"* (Colossenses 1.16). Jesus Cristo era o Senhor da raça humana e o seu ideal perfeito que ela devia alcançar. Em Jesus Cristo todos os homens são eleitos e incluídos no seu plano glorioso. A ideia do tempo não influi. A raça humana é uma só desde Adão e durante todos os séculos passados, e o será também no futuro. Os indivíduos de todos os tempos e de todas as nacionalidades são partes da raça humana e esta pertence a Jesus Cristo.

O terceiro fato de que no *atonement* há base para uma salvação universal é que toda a raça humana pecou. Adão era a raça humana e o seu pecado foi o pecado de toda a raça humana. *"... pela desobediência de um só homem muitos foram constituídos pecadores"* (Romanos 5.19). A maldição que veio sobre Adão, por causa da sua desobediência, era a maldição de toda a raça humana. *"Em Adão todos morreram"* (1 Coríntios 15.22). Em Adão a raça humana perdeu-se, e Jesus Cristo *"veio buscar e salvar o que se havia perdido"* (Lucas 19.10). A raça humana inteira precisava do *atonement*, porque *"todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus"* (Romanos 3.23). Jesus Cristo veio satisfazer uma necessidade universal. Ele cumpriu uma lei debaixo da qual estavam incluídos todos os homens. Em Jesus Cristo estava posta a esperança de todos. Eva esperava na promessa daquele que haveria de destruir a serpente e durante todos os tempos os que conheciam a promessa esperavam a vinda de um Salvador. Jesus Cristo satisfaz esta esperança universal. Ele era o *"Desejado dos povos"*, a esperança do mundo.

A quarta prova está na própria vinda de Jesus Cristo a este mundo. Ele disse que *“Deus amou o mundo de tal maneira ... ”* (João 3.16). Deus amou a todos os homens. *“Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele”* (João 3.17). A preparação do mundo para a vinda de Jesus Cristo mostra que o motivo era universal. Os judeus e o mundo inteiro estavam preparados para receber a vinda de Jesus Cristo. Jesus Cristo chamou-se Filho do homem e não Filho de Abraão ou dos judeus; não pertencia a um povo, mas era da raça humana. A encarnação era a identificação com a raça humana inteira. Jesus Cristo era o representante dos homens de todos os tempos e realizou uma obra por todos.

A quinta prova de que o *atonement* era base de uma salvação universal encontra-se no testamento das Escrituras Sagradas. Todas as passagens que falam da morte de Jesus Cristo declaram que *“ele morreu por todos”* (2 Coríntios 5.14,15). Esta é a passagem clássica desta verdade: *“... Porque julgamos assim: se um morreu por todos, logo todos morreram”*. A morte de Jesus Cristo valia tanto quanto a morte de todos e foi suficiente para a salvação de todos. Todos encontram em Jesus Cristo o seu substituto. Jesus Cristo morreu pelos pecados de todos e quem quer viver com ele deve morrer para o pecado e nunca praticá-lo. Em Jesus Cristo todos morreram. O seu valor era suficiente para todos, mas nem todos vivem aproveitando o sacrifício de Jesus Cristo.

“Para que os que vivem não vivam mais para si, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou” (2 Coríntios 5.15). Os que não vivem, não aproveitam o sacrifício de Jesus Cristo. Todos tomaram parte da morte de Jesus Cristo por ser ele a expressão de todos na submissão ao castigo. Jesus Cristo foi rejeitado pelos seus representantes, tanto judeus como gentios. Todos tomaram parte na sua condenação e crucificação. Crucificar o Filho de Deus foi o auge do pecado, e quando isto é reconhecido traz o maior remorso. Pedro disse ao povo: *“... A Jesus, o nazareno, varão*

aprovado por Deus entre vós com milagres, prodígios e sinais ... a este, que foi entregue pelo determinado conselho e presciência de Deus, vós matastes, crucificando-o pelas mãos de iníquos ... E, ouvindo eles isto, compungiram-se em seu coração ..." (Atos 2.22, 23 e 37). Esta é a experiência de todo aquele que reconhece que tem parte na morte de Jesus Cristo.

A morte de Jesus Cristo não tem lugar preeminente na História. Há outros fatos que se salientam mais. Ela não influenciou no calendário. Isto mostra que não é um fato de certa época, mas de todos os tempos. A morte de Jesus Cristo não é um acontecimento local. Nas epístolas do Novo Testamento não se menciona o Calvário. Os escritores falam do fato como tal; pouco importa o lugar onde se realizou. É um fato universal. Todos os escritores que mencionam a morte de Jesus Cristo se referem como tendo parte nela. Isaías, séculos antes, disse: *"Verdadeiramente ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e carregou com as nossas dores..." Mas ele foi ferido por causa das nossas transgressões, e esmagado por causa das nossas iniquidades ... "* (Isaías 53.4, 5). E Paulo disse: *"porque se nós, quando éramos inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida"* (Romanos 5.10). Ainda hoje dizemos que ele morreu por nós. A morte de Jesus Cristo tem sempre a mesma significação e o mesmo valor para todos. Sua extensão é infinita e nela todos podem encontrar a sua salvação. Por essa razão, Jesus Cristo ordenou: *"Ide por todo o mundo, e pregai o evangelho a toda criatura"* (Marcos 16.15).

2. Aproximação Entre Deus e o Homem

Outro resultado do *atonement* foi a aproximação entre Deus e o homem, que estavam separados devido ao pecado do homem. O *atonement*, como tal, era a aproximação de Deus ao homem, o que trouxe a aproximação do homem a Deus e o restabelecimento das relações entre os dois, que haviam sido rompidas.

Quando o homem caiu no pecado, o desejo de Deus foi trazê-lo novamente à sua comunhão. A tendência do homem, devido à natureza do pecado, foi a de afastar-se cada vez mais do seu Criador; mas o amor de Deus não cessou para com ele, fazendo todo o possível para salvá-lo. A iniciativa da salvação veio de Deus. O plano desta obra foi eterno, porque ele sabia todas as coisas desde a eternidade. Deus não tinha prazer na perdição do homem. Desde o começo prometeu-lhe um Salvador, que havia de libertá-lo do pecado. Durante o período do Antigo Testamento Deus se aproximava da criatura gradativamente, revelando-se e ensinando o que era necessário para o restabelecimento da comunhão; e assim, preparou-a para receber uma aproximação perfeita.

O meio pelo qual Deus se aproximou do homem, de modo perfeito, foi por Jesus Cristo, seu Filho amado, que era o único digno de representar o Pai perante o homem, sendo Mediador entre os dois pelas relações que sustentava com ambos desde a eternidade. Em Jesus Cristo a natureza humana e a divina estavam aproximadas e unidas. Ele era o ideal do homem e, como tal, também um apelo ao homem. A base da aproximação foi a sua morte, pela qual reconciliou o homem com Deus, oferecendo liberdade ao homem. Aceitando essa liberdade, o homem podia aproximar-se do seu Criador. A morte de Jesus Cristo é um poder que atrai os homens: *"E eu, quando for levantado da terra, todos atrairei a mim"* (João 12.32). O amor manifesto na morte sacrificial de Jesus Cristo, em favor de culpados indignos, é a maior força para atuar sobre os mesmos. Estando em relação com Jesus Cristo, a sua relação com o Pai torna-se também a relação do homem com o Pai, porque somos *"de Cristo, e Cristo de Deus"* (1 Coríntios 3.23). Jesus Cristo é o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vai ao Pai senão por ele (João 14.6). Confiando nos méritos de Jesus Cristo, o pecador pode aproximar-se de Deus. Pela sua morte, Jesus Cristo abriu o caminho e tirou do homem o medo da condenação, porque a sua morte mostra que Deus quer salvar e não condenar. Aquilo que Jesus Cristo fez foi o apelo

máximo, a fim de chamar os homens a si e ao Pai e que toca no coração mais endurecido. Por meio dele *“temos ousadia e acesso em confiança, pela nossa fé nele”* (Efésios 3.12). A morte de Jesus Cristo foi a possibilidade de entrada em comunhão com Deus e, ao mesmo tempo, um apelo intenso aos que estavam separados dele.

Esta possibilidade de aproximar-se de Deus estende-se a todos. *“Todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus”* (Romanos 3.23). Portanto, precisavam de Jesus Cristo para poderem alcançar o que haviam perdido. Nenhum estava livre desta necessidade, e ninguém há que não possa satisfazê-la em Jesus Cristo. *“... e, vindo, ele evangelizou paz a vós que estáveis longe, e paz aos que estavam perto; porque por ele ambos temos acesso ao Pai em um mesmo Espírito”* (Efésios 2.17,18). Perante Deus não há acepção de pessoas. A obra de Jesus Cristo era tanto em favor dos judeus como dos gregos. No *atonement* Deus se aproxima de todos e todos encontram em Jesus Cristo a possibilidade de chegar ao Pai, porque a morte de Jesus Cristo era a reconciliação de todos. Ainda mais, aqueles que se aproximam de Deus por meio de Jesus Cristo, também se aproximam uns dos outros. Jesus Cristo foi a paz entre os judeus e os gentios. Ele *“é a nossa paz, o qual de ambos os povos fez um; e derrubando a parede de separação que estava no meio, na sua carne desfez a inimizade ... para criar, em si mesmo, dos dois um novo homem, assim fazendo a paz”* (Efésios 2.14,15). O *atonement* traz o homem para perto de Deus e estabelece a comunhão entre os dois e também entre todos os homens que se aproximam de Deus. Jesus Cristo é o *“vínculo vivente”*, o laço que liga eternamente o homem com o Pai.

O efeito do pecado foi a separação dos homens de Deus e entre si mesmos; o efeito do *atonement* foi unir de novo o que o pecado separou e estabelecer a comunhão perdida para com Deus, como também formar a base para uma nova sociedade. O resultado do *atonement* ainda não terminou. Por meio de Jesus Cristo, Deus continua buscando os homens, revelando-lhes o seu

amor e o desejo de salvá-los. E os homens, por meio dos méritos de Jesus Cristo, se achegam a Deus. Assim fica estabelecida de novo e permanentemente a comunhão que estava perdida.

3. *A Justificação Pela Fé*

A justificação pela fé é um resultado do *atonement* que Jesus Cristo efetuou com a sua morte.

"*Justificação*" é uma palavra, um termo judicial, que significa pronunciar uma sentença favorável ao que está sendo julgado. Justificar quer dizer absolver e declarar inocente perante a lei. A justificação, como resultado do *atonement*, é o ato através do qual Deus declara que o pecador está isento do castigo da Lei divina, restabelecendo-o em favor, por meio de Jesus Cristo. Isto só é possível quando o pecador aceita a Jesus Cristo como seu Salvador. Pela justificação, o homem é admitido na comunhão com Deus, por se imputar-lhe a justiça de Jesus Cristo que ele aceitou como Salvador. A justificação é a passagem do estado legal para o filial em relação ao Pai; da Lei para a Graça; da Morte para a Vida. Na justificação este estado é confirmado de uma vez para sempre. Passamos da morte para a vida. O justificado não teme a condenação porque não está debaixo da Lei, mas debaixo da Graça. Ele tem paz com Deus e ninguém a pode tirar. "*Justificados, pois, pela fé, tenhamos paz com Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo*" (Romanos 5.1).

A condição que Deus exige para a justificação é a fé. "*Justificados, pois, pela fé*". Fé é o meio pelo qual o pecador alcança a salvação, a justificação. Jesus Cristo muitas vezes mencionou a fé como a condição necessária para se alcançar a vida eterna. *Quem crê nele tem a vida eterna* (João 5.24). E Paulo declarou: "*Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo*" (Atos 16.31). Fé é a parte que o homem deve realizar para a sua salvação.

A fé tem sido definida por muitas maneiras. Há variedade na fé e por isso é definida de diversas maneiras, conforme o ponto de vista. Fé é um ato espiritual ou do espírito; por esta razão muitos encontram dificuldade em defini-la. O homem tem certas necessidades, dentro de si, e fora dele há aquilo que pode satisfazê-las. Fé é o ato pelo qual o homem satisfaz as suas necessidades com o que serve para este fim. Fé é o meio pelo qual o homem vive. Para ser justificado, o homem precisa crer em Jesus Cristo. Isto significa que ele deve aceitar voluntariamente o que Jesus Cristo fez para sua salvação, ou melhor, aceitar Jesus Cristo mesmo como Salvador. Crer é apropriar-se da salvação, que é de graça, alcançando em si o resultado visado no *atonement*. Alguém disse que a "a graça é a fonte, e a fé o canal". *"Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna"* (João 3.16). Deus deu a salvação; a parte do homem é crer, aceitando o que Deus lhe deu. Crer é a ação do homem em resposta à ação de Deus.

A fé preenche todas as condições do princípio da justificação. O homem tem raciocínio; é livre, culpado e responsável pela sua condição. Para se salvar, ele deve agir de livre vontade e satisfazer a condição que Deus exige para poder ser reconciliado. O único meio de satisfazê-lo é crer. A fé, depois do conhecimento, *"vem pelo ouvir"* (Romanos 10.17). Ela vem pelo conhecimento de Jesus Cristo e pela certeza de que Jesus Cristo morreu pelos pecadores. Não se pode aceitar o que não se conhece. A fé inclui o reconhecimento de culpa, o estado pecaminoso e sem méritos perante Deus e a sua justiça. Crendo, o pecador humilha-se, não pensa em depender das obras ou méritos próprios, sente-se indigno, e clama: *"Ó Deus, tem misericórdia de mim, pecador"* (Lucas 18.13). Tal condição é visada na aplicação da Lei. O pecador sente a sua necessidade de justificação e que depende absolutamente da graça; neste estado, ele aceita a Jesus Cristo como seu Salvador pessoal e satisfaz a necessidade da alma. Pela fé, Jesus Cristo é aceito como Profeta, Sacerdote e Rei e torna-se

tudo para o homem. Pela fé, os resultados visados no *atonement* são realizados no homem.

Quando a fé em Jesus Cristo se manifesta na vida do homem, pelas obras da fé, pela obediência a Deus, o Pai o justifica e o aceita como filho. Este não teme a pena da Lei, mas tem certeza da vida eterna. A justiça de Jesus Cristo lhe é imputada, porque está unido a ele e por ele tem comunhão com o Pai.

Fé é a única condição suficiente para a justificação, porque envolve todos os poderes pessoais do homem. Fé é um ato de inteligência, de sentimento e de vontade. É um ato do ser inteiro. Fé é um ato do espírito, que se manifesta na vida prática. Ainda mais, fé é a condição universal para a justificação. Todos os homens são culpados perante Deus e necessitam de justificação. Deus abriu a possibilidade de justificação através de Jesus Cristo e estabeleceu uma condição para todos: a fé. Nesta base, todos tem a possibilidade de alcançar a justificação, porque todos podem crer.

Jesus Cristo, como o autor do *atonement*, apresentou-se aos homens como o caminho da fé para justificação. Sem a sua morte, não haveria justificação pela fé, porque esta é baseada nos méritos de Jesus Cristo. Pelos seus méritos, Jesus Cristo podia declarar: "*Quem crê em mim tem a vida eterna*" ... "*credes em Deus, crede também em mim*" (João 3.16; 14.1). Pelo *atonement*, Jesus Cristo alcançou a justificação pela fé e convida os homens a aceitá-la. Quem ouve e aceita, é justificado pelos méritos de Jesus Cristo. Ele foi o meio, o objetivo da fé para a justificação.

No Antigo Testamento, os homens que se salvaram pela fé crendo nas promessas a respeito de Jesus Cristo. Eles olharam para o futuro, para aquele que havia de vir; e nós, hoje, olhamos para o passado, para aquele que já veio para a nossa justificação. O sacrifício de Jesus Cristo, o *atonement*, atrai os olhos da raça humana inteira, porque aí se acha a justificação para todo aquele que crê. Pelo *atonement*, Jesus Cristo apresentou-se como único objeto da fé para todos e em todos os tempos.

4. *Expressão de Amor*

O amor é a relação mais elevada entre seres inteligentes, morais e livres. É a base da vida e da felicidade.

Deus é amor na sua natureza e em todas as suas relações. A sua relação com Jesus Cristo era filial e paternal; era de amor. Jesus Cristo era o "*Unigênito*", o "*Filho amado*" do Pai. A união que existe entre o Pai e o Filho está baseada no amor. A criação e a preservação do Universo são manifestações do amor de Deus. O homem foi criado pelo mesmo motivo e para ser objeto do seu amor. Toda a obra de Deus está baseada no amor.

O *atonement* é também uma expressão do amor de Deus no grau mais elevado, que "*excede todo o entendimento*" (Efésios 3.19). O homem estava perdido no pecado, mas o amor de Deus não cessou para com ele, porque o amor de Deus é infinito. O Criador procurou possuir de novo o perdido. "*Deus amou o mundo*" e desejou a sua salvação - este foi o motivo da morte de Jesus Cristo, que era um ato da expressão do amor. Deus deu o seu Unigênito Filho, deu de si mesmo para salvar o homem, com o fim de recebê-lo de novo para sua comunhão.

A finalidade do *atonement* foi estabelecer o amor no coração do homem para com Deus. O amor só se consegue por meio de amor. "*Deus nos amou primeiro*" (1 João 4.19). Isto despertou o amor em nós.

Através do *atonement*, Deus conseguiu o amor no coração do pecador. O maior pecado contra Deus é a falta de amor para com ele. Pela morte de Jesus Cristo, Deus despertou no homem o amor e sentimento de gratidão pelo seu grande benefício em dar-lhe a salvação gratuitamente. O resultado do *atonement* no homem em relação a Deus é a glorificação do seu nome, adoração e obediência voluntária, tudo motivado pelo amor. Os apóstolos

consideravam-se como escravos de Deus, e levaram uma vida de serviço, a fim de cumprirem a vontade de Jesus Cristo, seu Salvador. Esta foi uma expressão de amor, como resultado da gratidão para com aquele que os reconciliou com Deus. A mesma atitude é notada na vida de todos os que creem em Jesus Cristo.

O *atonement* realiza no homem amor em relação a si mesmo, o que constitui o motivo de uma vida pura. A consciência é governada pela fé em Jesus Cristo, e não permite o pecado dominar o coração. O amor para com Deus não comporta na vida as coisas que o ofendem. O *atonement* impulsiona o homem a seguir os passos de Jesus Cristo e a "*andar como ele andou*" (1 João 2.6).

O *atonement* estabeleceu também o amor entre os indivíduos. O egoísmo ficou substituído pelo altruísmo. Aquele que se reconciliou com Deus, por meio de Jesus Cristo, busca servir em vez de ser servido. O amor é a garantia da justiça. Deus é justo, e aquele que o ama fará justiça em todas as suas relações. O amor é motivo do perdão das faltas dos outros. O perdão faz parte da natureza divina. "*Contigo está o perdão*" (Salmos 130.4). Quando o culpado reconhece a falta e, humildemente, pede perdão, o ofendido sente o dever de perdoar. A consciência condena a ação contrária. O amor pelos outros, motivado pelo *atonement*, impele o reconciliado a que busque a salvação dos que estão ainda perdidos e que faça tudo para que sejam salvos. Aquele que possui o amor de Deus, sacrifica-se e dá a sua vida em favor dos outros, e, buscando abençoar os outros, ele mesmo é abençoado.

O amor que vem do *atonement* é a base da nova raça humana. Os indivíduos que a constituem têm a mesma experiência com Jesus Cristo, o mesmo sentimento de gratidão, os mesmos motivos que os unem e os mesmos interesses comuns. O amor é a base de "*um corpo*" em que se cumpre o desejo de Jesus Cristo: "*Que todos sejam um*" (João 17.21). Foi sobre esta plataforma que Jesus lançou as bases do seu Reino.

O amor é a expressão da natureza de Deus e é a Lei do Reino dos céus. Quem ama, cumpre a Lei de Deus. Pelo *atonement*, Deus exprimiu o seu amor para com os homens e estabeleceu o domínio do amor no coração dos reconciliados, que é a base da felicidade dos mesmos, e um impulso de buscar os que ainda estão perdidos.

CONCLUSÃO

Acabamos de estudar a obra de Jesus Cristo e os seus resultados. Vimos de que modo o homem foi reconciliado com Deus e quão fácil é o meio de apropriar-se da salvação eterna, que é pela fé no sacrifício de Jesus Cristo. Terminando, notemos qual a relação do reconciliado com Deus, por meio de Jesus Cristo, e

qual o seu destino. Vimos que Jesus Cristo era o ideal para o homem, mas este não permaneceu na sua posição; por causa do pecado, perdeu a possibilidade de alcançar aquilo para que foi destinado.

O homem, aceitando o *atonement* pela fé, ficou restabelecido na relação com Jesus Cristo e com o Pai, que lhe era própria e para a qual foi criado. Pela sua queda, o homem perdeu a semelhança de Deus e a possibilidade de progredir e de aproximar-se do seu ideal. Uma vez restaurado, o homem é capaz de prosseguir para o alvo, que é Jesus Cristo. Ele pertence a Jesus Cristo, cuja "*estatura perfeita*" é o que está colocado como seu ideal. Jesus Cristo é infinito e glorioso. Jesus Cristo vive para sempre, e também os que estão reconciliados com o Pai pelo seu sacrifício vivem com ele. O homem que foi justificado pela fé em Jesus Cristo entrou de novo no plano eterno e segue para o seu glorioso alvo, infinitamente elevado, que tem em Jesus Cristo seu Salvador.

Jesus Cristo não só é o alvo para o reconciliado, mas também é ele quem leva o homem a alcançar o ideal que determinou no seu plano. Jesus Cristo é a garantia da realização desse ideal, porque ele não deixará o seu plano falhar. Quem está em Jesus Cristo, está certo da realização do plano para a sua vida, traçado desde a eternidade. Jesus Cristo permanece com os reconciliados e justificados, guardando-os, sustentando-os e dirigindo-os durante toda a vida neste mundo. Através de todas as experiências os leva para o seu alvo. O processo de se aproximar do ideal é a transformação pela comunhão com Jesus Cristo. A natureza humana é transformada por aquilo que a pessoa contempla e adora constantemente. A fé de uma pessoa, posta em certo objeto, transforma a pessoa a semelhança do objeto. Quem contempla e adora os ídolos, torna-se semelhante a eles. Quem permanece em comunhão com Jesus Cristo, torna-se, gradativamente, semelhante a ele. A personalidade perfeita de Jesus Cristo influi sobre o homem, e este, devido a operação deste princípio maravilhoso, é levado sempre para mais perto da perfeição de Jesus Cristo, seu

ideal eterno. Assim, Jesus Cristo conduz muitos filhos à glória, de que antes estavam destituídos. *“Mas todos nós, com rosto descoberto, refletindo como um espelho a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor”* (2 Coríntios 3.18). *“Amados, agora somos filhos de Deus, e ainda não é manifesto o que havemos de ser. Mas sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele; porque assim como é, o veremos”* (1 João 3.2).